



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE DIREITO
PROGRAMA DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

THAYS LAYANE VERAS DE ALMEIDA

**A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O
FORTALECIMENTO DO EMPREENDEDORISMO FEMININO EM FORTALEZA:
UMA ANÁLISE DO PROJETO MULHER EMPREENDEDORA, PRIMEIRA
EDIÇÃO**

FORTALEZA
2019

THAYS LAYANE VERAS DE ALMEIDA

A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O
FORTALECIMENTO DO EMPREENDEDORISMO FEMININO EM FORTALEZA: UMA
ANÁLISE DO PROJETO MULHER EMPREENDEDORA, PRIMEIRA EDIÇÃO

Monografia apresentada ao Programa de
Graduação em Direito da Universidade Federal
do Ceará, como requisito parcial à obtenção do
título de bacharel em Direito

Orientador: Prof. Dr. Sidney Guerra.

FORTALEZA

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- A451i Almeida, Thays Layane.
A implementação de políticas públicas voltadas para o fortalecimento do empreendedorismo feminino em Fortaleza : uma análise do Projeto Mulher Empreendedora, primeira edição / Thays Layane Almeida. – 2019.
74 f. : il. color.
- Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Direito, Curso de Direito, Fortaleza, 2019.
Orientação: Prof. Dr. Sidney Guerra Reginaldo.
1. Mulher. 2. Empreendedorismo. 3. Projeto Mulher Empreendedora. 4. Navegano. I. Título.
- CDD 340
-

THAYS LAYANE VERAS DE ALMEIDA

A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O
FORTALECIMENTO DO EMPREENDEDORISMO FEMININO EM FORTALEZA: UMA
ANÁLISE DO PROJETO MULHER EMPREENDEDORA, PRIMEIRA EDIÇÃO

Monografia apresentada ao Programa de
Graduação em Direito da Universidade Federal
do Ceará, como requisito parcial à obtenção do
título de bacharel em Direito.

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Sidney Guerra Reginaldo (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

David de Alcântara Isidoro
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Lisandra Cristina Lopes
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Às mulheres brasileiras.

AGRADECIMENTOS

A ela, que representa a mulher brasileira e todos os desafios enfrentados diariamente pelas heroínas comuns, que se dividem nas funções de mãe, esposa, dona de casa, empreendedora. D. Maria Veras de Almeida, minha mãe, obrigada por ser, antes de tudo, um exemplo da força feminina que carrego todos os dias em mim.

Ao meu pai, que durante anos se dedicou para me dar acesso a todas as oportunidades que eu poderia desejar. Espero que esse seja somente o início da minha retribuição.

À minha irmã, Thalyla, por ser minha anja salvadora ao fomentar em mim o prazer pela leitura. A você devo toda a minha capacidade de pensamento crítico.

Ao meus irmãos, Daniel e Davi, por serem meus parceiros nos desafios acadêmicos e profissionais que tenho enfrentados nos últimos anos.

Ao Prof. Dr. William, por todas as vezes que me chamou de fantasma na sala de aula e por ter, de modo indireto, me forçado a retornar à Universidade.

Ao Prof. Dr. Sidney Guerra pela liberdade que me permitiu viajar na escrita do que veio a ser experiência mais relevante da minha vida acadêmica.

À minha sócia, Mariana, pela paciência em me escutar minhas minhas infundáveis reclamações e questionamentos. Por manter a tranquilidade e me dar imenso suporte na empreitada de escrever este trabalho.

Ao João Mateus, por aquela conversa quando voltei da Colômbia, por tantos papos na salinha do Paulo Freire, por todos os anos em que foi meu único amigo na faculdade e, principalmente, por ter dito que eu nunca iria me formar. Sua inveja é o combustível do meu sucesso 😊 Vou graduar antes de ti. #ch

Ao Saulo, por me inspirar com sua avidez por conhecimento. E ao Cristiano, por me apresentar o Saulo.

Às grandes amigadas que cruzaram o meu caminho na faculdade, amigos da AIESEC, esta ONG que me iniciou, dentro da universidade, nos caminhos do empreendedorismo e que me proporcionou as amigadas mais sinceras. À EJUDI, que me acolheu no meu retorno após 2 anos distante da faculdade e por serem tão inspiradores na sua paixão e dedicação. Ao Projeto Verdelluz, que me proporcionou a linda experiência de gerir uma ONG e compreender seus diversos aspectos e desafios, e pelas lindas amigadas que construí lá. Vocês tornaram minha experiência acadêmica suportável e foram além, me mostraram

propósito de vida e são, ainda hoje, meus grande amigos. Eu não seria a mulher que sou sem ter conhecido a todos.

Ao grupo “Todo mundo odeia a...” por terem me acolhido no último semestre de faculdade. Vocês me proporcionaram a última experiência universitária que me faltava. “F1 no bar com a glr da FD”.

“Me levanto sobre o sacrifício de um milhão de mulheres que vieram antes de mim e penso: o que posso fazer para tornar essa montanha mais alta para que as mulheres que vierem depois de mim possam ver além - legado.” - Rupi Kaur

RESUMO

O cenário empreendedor brasileiro não estimula o empreendedorismo feminino, pois há séculos está estabelecida uma cultura de opressão aos direitos da mulher, que marca o corpo feminino desde a sua origem e não fomenta a sua capacidade intelectual, encorajando-a na busca de modos de vida mais promissores. Contudo, uma relevante parcela da população feminina tem escolhido empreender, motivadas por necessidade, inclusive porque o número de mulheres na chefia das famílias brasileiras cresce a cada ano. Os objetivos deste trabalho são de apresentar a importância da implementação de políticas públicas que fomentem o empreendedorismo feminino, para que cada vez mais mulheres não empreendam por necessidade, mas por serem capazes de distinguir oportunidades promissoras de investimento profissional. Isso é feito através do estudo de caso do Projeto Mulher Empreendedora, demonstrando as suas bases teóricas por meio de uma revisão da literatura com o objetivo de informar o leitor sobre a recente história da mulher, escrita na perspectiva de historiadoras. Ademais, foram apresentados o estudo sobre o Perfil da Mulher no Mercado Formal de Fortaleza, o Plano Municipal Fortaleza 2040 e os compromissos formados em contexto global, coordenados pela ONU, a fim de promover os direitos da mulher e o seu fortalecimento em ecossistemas empreendedores. Por fim, foram dissertados os resultados do projeto, que possibilitou a criação de 41 novas empresas e a ampliação de 39 empreendimentos em Fortaleza, todos liderados por mulheres, e o relato de um projeto em específico, vivenciado pela autora deste trabalho, narrando a sua experiência com o Projeto Mulher Empreendedora e no desenvolvimento do seu negócio: a empresa Navegano.

Palavras-chave: Mulher. Empreendedorismo. Projeto mulher empreendedora. Navegano.

ABSTRACT

The Brazilian entrepreneurial scenario does not stimulate female entrepreneurship, because a culture of oppression of women's rights has been established for centuries, which marks the feminine body from its origin and does not foster its intellectual capacity, encouraging it in the search for more promising ways of life. However, a significant portion of the female population has chosen to undertake, motivated by necessity, mainly because the number of women heads in Brazilian families grows each year. The objectives of this study are to present the importance of the implementation of public policies that promote female entrepreneurship, so that more and more women do not undertake out of necessity, but because they are able to distinguish promising opportunities for professional investment. This is done through the case study of the Entrepreneurial Woman Project, demonstrating its theoretical basis by means of a review of the literature with the purpose of informing the reader about the recent history of women, written from the perspective of female historians. In addition, the study on the Profile of Women in the Formal Market of Fortaleza, the Fortaleza Municipal Plan 2040 and the commitments formed in a global context, coordinated by the UN, were presented in order to promote the rights of women and their strengthening in entrepreneurial ecosystems. Lastly, the results of the project were disseminated, which enabled the creation of 41 new companies and the expansion of 39 enterprises in Fortaleza, all led by women, and the report of a specific project, experienced by the author of this work, narrating their experience with the Entrepreneurial Woman Project and in the development of its business: the company Navegano.

Keywords: Woman. Entrepreneurship. Entrepreneurial Woman Project. Navegano.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	26
2 A MULHER NO CONTEXTO MODERNO E CONTEMPORÂNEO.....	30
2.1 Um breve relato da história da mulher, a partir da Revolução Francesa	30
2.1 A mulher no cenário empreendedor internacional e brasileiro.....	39
3 EMBASAMENTO TEÓRICO DO PROJETO MULHER EMPREENDEDORA	49
3.1 O estudo Perfil da mulher no mercado formal 2010 a 2015	51
3.1.1 Análise demográfica	51
3.1.2 O perfil do mercado de trabalho formal em Fortaleza, com foco na participação feminina	53
3.2 Plano Fortaleza 2040	56
3.3 Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU	58
4 PROJETO MULHER EMPREENDEDORA	63
4.1 Edital do Projeto Mulher Empreendedora	63
4.2 Resultados da 1ª Edição do Projeto Mulher Empreendedora	66
4.3 Relato de uma beneficiada pelo Projeto Mulher Empreendedora.....	68
5 CONCLUSÃO.....	71
REFERÊNCIAS.....	74

1 INTRODUÇÃO

A obra de Gabriel García Marquez, escritor e jornalista colombiano, Cem anos de solidão, inicia sua narrativa na cidade de Macondo, a qual resulta da tentativa de um grupo de jovens em cruzar a serra impenetrável, a fim de empreender sua saída pelo mar e chegar à “civilização”. Após vinte e seis meses de tentativa, o grupo desiste da empresa e funda Macondo. José Arcádio Buendia, líder da empreitada, era visto como o patriarca da cidade, com forte espírito empreendedor, iniciou a construção da aldeia. Em suas atitudes era possível perceber um jovem intelectual de proeminente senso de igualdade e justiça:

José Arcádio Buendia, que era o homem mais empreendedor que se poderia ver na aldeia, determinara de tal modo a posição das casas que a partir de cada uma se podia chegar ao rio e se abastecer de água com o mesmo esforço; e traçara as ruas com tanta habilidade que nenhuma casa recebia mais sol que a outra na hora do calor. (MARQUEZ, 2005, p. 15)

Contudo, ainda no primeiro capítulo, é retratada a transformação desse personagem. Todos os anos a aldeia recebia a visita de uma família de ciganos que traziam consigo novos inventos. Imãs, lupas gigantes, substâncias desconhecidas, guias de alquimia... A cada ano uma nova surpresa que deixava José Arcádio Buendia extasiado com as descobertas científicas. Sua imaginação desatava e conjecturava os mais incríveis planos sob a promessa de multiplicar riquezas e se afirmar como cientista e inventor.

Durante suas infundáveis experiências científicas, entre desentranhar ouro da terra e produzir um manual de táticas militares utilizando-se de uma lupa gigante, José Arcádio Buendia se perde em devaneios, cada vez mais alheio ao seu papel social como líder da aldeia, à sua família e aos afazeres domésticos. Sua esposa, Úrsula, o assiste aprofundar-se em conjecturas, visões e se descolar do papel de marido, pai e líder comunitário.

O personagem é, sem dúvida, encantador em sua paixão por novas descobertas, mas pode-se observar o quanto seu comportamento afeta e sobrecarrega sua esposa, Úrsula Iguarán:

Mas José Arcadio Buendía não acreditava, naquele tempo, na honradez dos ciganos, de modo que trocou o seu jumento e um rebanho de cabritos pelos dois lingotes imantados. Úrsula Iguarán, sua mulher. Que contava com aqueles animais para aumentar o raquítico patrimônio doméstico, não conseguiu dissuadí-lo. “Muito em breve vamos ter ouro de sobra para assoalhar a casa”, respondeu o marido. (MARQUEZ, 2005, p. 08)

José Arcadio Buendía, que ainda não se consolara de todo com o fracasso dos seus imãs, concebeu a ideia de utilizar aquele invento como uma arma de guerra. Melquíades, outra vez, tentou dissuadí-lo. Mas terminou aceitando o dois linguotes imantados e três peças de dinheiro colonial em troca da lupa. Úrsula chorou de consternação. Aquele dinheiro fazia parte de um cofre de moedas de ouro que seu pai

acumulara em toda uma vida de privações e que ela havia enterrado debaixo da cama, à espera de uma boa ocasião para investi-las. (MARQUEZ, 2005, p.09)

Tendo abandonado totalmente as obrigações domésticas, permaneceu noites inteiras no quintal, vigiando o movimento dos astros, e quase sofreu uma insolação, por tentar estabelecer um método exato para determinar o meio-dia. Quando se tornou perito no uso e manejo dos seus instrumentos, passou a ter uma noção do espaço que lhe permitiu navegar por mares incógnitos, visitar territórios desabitados e travar relações com seres esplêndidos, sem a necessidade de abandonar o seu gabinete. Foi por essa ocasião que adquiriu o hábito de falar sozinho, passeando pela casa sem se incomodar com ninguém, enquanto Úrsula e as crianças suavam em bicas na horta cuidando da banana e da tapioba, do aipim e do inhame, do cará e da berinjela. (MARQUEZ, 2005, p. 10)

Agora, nosso objetivo será de interpretar a narrativa sob novo olhar. Ora, a literatura relata a realidade histórica da mulher na soberania patriarcal. O papel subjugado da mulher remonta à cultura grega, que a excluía da classe pensante, construtora do conhecimento, tão valorizado na sua sociedade. Esse viés perpetuou-se na história das grandes civilizações da humanidade. Para os romanos [...]

em seu código legal, é legitimada a discriminação feminina, através da instituição jurídica do paterfâmilias, que atribuía ao homem todo o poder: sobre a mulher, os filhos, os servos e os escravos. O Direito transforma-se, na civilização romana, em instrumento de perpetuação dessa assimetria, legitimando a inferioridade da posição social da mulher. (STREY; CABEDA; PREHN, 2004, p. 14)

Dona de casa, mãe e subjugada ao marido e às suas decisões. Esse é o papel ocupado por Úrsula na construção deste romance, e não seria esse o perfeito retrato da construção feminina na história?

Entretanto, ao se admitir que a história, assim como esse romance, são construções humanas, podemos aceitar que assim como foi construído, pode passar por alterações. Afinal, se algo não foi sempre assim, nada determina que assim se conserve.

Portanto, façamos o exercício de escrever uma nova história. De transformar os personagens. De colocar Úrsula como heroína da prosa, de estimulá-la, desde jovem, a assumir seu papel de empreendedora, como alguém que possui a liberdade de ir além dos afazeres domésticos e capaz de liderar a comunidade. De alguém que possui o dom de carregar em seu ventre a vida, mas que não precisa permanecer solitariamente responsável pela criação e educação de seus filhos. Vamos dar a Úrsula a oportunidade de ser a autora da sua história e escrever a narrativa que lhe apraz.

Ainda sob a luz da obra literária citada, é relevante ao presente trabalho analisar o seu primeiro capítulo em um novo ângulo, observando o uso do vocábulo “empresa” e seus derivados.

Seus significados podem ser compreendidos, literalmente, como “abertura de caminhos” e “novas descobertas”, quando o autor escreve que na juventude, José Arcádio Buendía e seus homens “atravessaram a serra procurando uma saída para o mar, e ao fim de vinte e seis meses desistiram da empresa e fundaram Macondo, para não ter que empreender o caminho de volta”.

Podem também ser entendidos como o “desenvolvimento e implementação de soluções” para os desafios da sobrevivência humana, significado expresso ao descrever as atitudes empreendedoras do personagem ao organizar Macondo que “se tornou uma aldeia mais organizada a laboriosa que qualquer das outras conhecidas até então pelos seus 300 habitantes” (MARQUEZ, 2005, p. 16).

Depreende-se da obra que o ato de estabelecer empresa está presente na realidade da vida humana desde os seus primórdios, como iniciativa essencial à sobrevivência e ao progresso.

Esta forma de empreender, voltada para atender às necessidades da subsistência, ainda é a força motriz da maior parcela de empreendedores no Brasil. Se esta análise for realizada levando em consideração somente a população feminina, essa afirmação é ainda mais procedente, como apresentado no relatório do *Global Entrepreneurship Monitor*, o qual informa que as mulheres brasileiras tem participado ativamente no cenário empreendedor, motivadas pela necessidade de sobreviver, o que incide sua maior participação em negócios iniciais em detrimento dos empreendimentos estabelecidos (GEM, 2005).

Diante dessa informação, o presente trabalho visa analisar a implementação de políticas públicas sob a perspectiva de gênero, voltadas para o fortalecimento da presença da mulher no universo empreendedor, mais especificamente na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, apoiado no estudo de caso do certame licitatório intitulado Projeto Mulher Empreendedora, além de demonstrar a necessidade de criação, implementação e ampliação de políticas públicas nesse sentido.

Tendo em vista responder sobre a imprescindibilidade de desenvolvimento e ampliação de políticas públicas direcionadas para essa parcela da população, no segundo capítulo será apresentado um breve histórico da presença da mulher na história, desde a Revolução Francesa até os dias atuais, escrita a partir de uma perspectiva feminista e contemporânea, apresentando visões filosóficas sobre a mulher, suas lutas e, por fim, adentrando aspectos relevantes sobre a presença feminina no cenário empreendedor brasileiro.

No terceiro capítulo serão apresentados estudos que analisam o perfil da mulher no mercado de trabalho formal da cidade de Fortaleza, o Plano Fortaleza 2040, no que tange as

suas propostas voltadas para assegurar a inclusão e autonomia econômica das mulheres na cidade, além de uma análise do quinto Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) proposto pela Organização das Nações Unidas (ONU) que convida os países participantes a alcançarem a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas do mundo.

No quarto capítulo será realizada uma investigação do Projeto Mulher Empreendedora, compreendendo o seu desenvolvimento e implementação e apresentando seus objetivos, parâmetros e resultados a fim de elucidar se o projeto atende, de fato, à demanda social que se propõe a solucionar. Ademais, o capítulo comportará o relato da autora deste trabalho, tratando sobre a sua experiência e ponto de vista como beneficiária do projeto.

Por fim, no processo de conclusão, retornaremos à análise da obra Cem anos de solidão, que contextualizou literariamente o objeto de interesse deste trabalho. Nesse momento, serão expostos os resultados desta pesquisa quantitativa, qualitativa e bibliográfica, que utiliza-se do método explicativo e analítico no estudo de caso do Projeto Mulher Empreendedora, a fim de demonstrar ao leitor a relevância da promoção de políticas públicas que fortaleçam o protagonismo da mulher no ecossistema empreendedor brasileiro.

Vale ressaltar que este trabalho é, também, um exercício de reavaliação e autorreflexão, uma vez que sua autora é também sujeita desta ação pois participou ativamente do projeto e, portanto, integra o objeto de reflexão.

2 A MULHER NO CONTEXTO MODERNO E CONTEMPORÂNEO

De acordo com Ana Colling, em “A Construção Histórica do Feminino e do Masculino”, a história da mulher é muito recente, pois, desde que a História é reconhecida como disciplina científica, o que só ocorreu na idade contemporânea, a partir do século XIX, a perspectiva feminina é retratada por homens, que durante muito tempo foram os únicos historiadores.

Esses escreveram a história a partir de uma perspectiva masculina, contudo apresentando-a como universal. Colocaram-se como porta-vozes de todos, inclusive das mulheres, estabelecendo uma aparente visão do todo, mas tornando-as invisíveis, inexistentes e inacessíveis como sujeitas da história.

A construção histórica a partir da percepção masculina instituiu a hierarquização dos sexos, dando valores diferentes para cada um e posicionando o masculino como superior ao feminino, atribuindo-lhe o papel de cidadão, senhor da casa, senhor do feudo, imperador, rei e tantas outras figuras que sobrepõem o feminino e emudecem a mulher no âmbito social, onde é posicionada como mera espectadora. Linda Hutcheon, em seu livro *A poética do pós-modernismo*, trata sobre as observações de Luce Irigaray, escrevendo que a filósofa feminista belga [...]

observou que as teorias do sujeito sempre parecem transformar-se em teorias do masculino (1974, 165). Mas também tendem a ser teorias do "Homem" burguês, branco, individual e ocidental. É isso que realmente define o chamado sujeito humanista universal e atemporal (HUTCHEON, 1947, p. 204)

Portanto, entender a forma e o ponto de vista sob o qual a história foi escrita, é essencial para iniciar a concepção de uma nova história. Para Ana Colling, no livro *Gênero e Cultura: Questões contemporâneas* “o modo mais eficiente para desconstruir algo que parece evidente, sempre dado, imutável, é demonstrar como esse algo se produziu, como foi construído”. Compreendendo que o homem não é a origem de todas as coisas e que as experiências masculinas não se estendem a todos os seres humanos, como prega o androcentrismo, podemos começar a escrever a história da mulher sob a perspectiva das suas autoras.

2.1 Um breve relato da história da mulher, a partir da Revolução Francesa

O século XVIII, período da Revolução Francesa, com seus ideais revolucionários que propunham a construção de uma nova sociedade, mais livre, igualitária e fraternal, é considerado o século das luzes, em que tantos pensadores como Montesquieu, Rousseau, Voltaire, Diderot, entre outros discípulos da filosofia iluminista, trouxeram incalculáveis contribuições e marcaram a transição da idade moderna para a idade contemporânea.

A construção de um novo mundo, contudo, não se dispôs a incluir a mulher em patamar igual ao homem, no estabelecimento da nova ordem. Apesar disso, não podemos ignorar o esforço das mulheres em marcar presença em tão importante momento histórico, desbravando caminhos na luta por direitos iguais.

Sobre a mulher, a visão iluminista não é unânime, mas no discurso perpetuado por seus mais renomados pensadores é possível notar o interesse em demonstrar as diferenças intelectuais e biológicas entre os sexos. Ambos são complementares, mas nesta relação o homem está sempre em posição de autoridade sobre a mulher. É o guardião da razão e, portanto, ser superior, uma vez que o racionalismo é pautado como fonte da proeminência humana, aquilo que o diferencia de todos os seres.

Para Rousseau, a mulher é inferior, fisicamente fraca e deve se submeter ao marido, como apresenta nos escritos a seguir:

Na união dos sexos cada qual concorre igualmente para o objetivo comum, mas não da mesma maneira. Dessa diversidade, nasce a primeira diferença assinalável entre as relações morais de um e de outro. Um deve ser ativo e forte, o outro passivo e fraco; é necessário que um queira e possa, basta que o outro resista pouco. Estabelecido este princípio, segue-se que a mulher é feita especialmente para agradar ao homem. (Rousseau, 1973, p.415)

A procura das verdades abstratas e especulativas, dos princípios, dos axiomas nas ciências, tudo o que tende a generalizar as ideias não é da competência das mulheres, seus estudos devem todos voltar-se para a prática; cabe a elas fazerem a aplicação dos princípios que o homem encontrou[...] (ROUSSEAU, 1973, p. 453).

Esta visão determina a posição da mulher na sociedade e o modo como deve ser educada, restringindo-a à vida privada, onde assume papel maternal e de senhora do lar. Um ser dócil, de inteligência limitada, incapaz de questionar, criada para a agradar o homem e ser sua acompanhante. O pensamento de um dos mais reconhecidos filósofos iluministas na história do mundo, um amante da razão, parece repetir retrocessos pregados pelo cristianismo em contos como a criação de Eva no jardim do Éden.

Já o médico e filósofo Pierre Roussel analisa a mulher levando em consideração aspectos biológicos:

As mulheres tinham músculos menos desenvolvidos e eram sedentárias por opção. A combinação de fraqueza muscular e intelectual e sensibilidade emocional fazia delas os seres mais aptos para criar os filhos. Desse modo, o útero definia o lugar das mulheres na sociedade como mães. (HUNT, 1991, p. 50)

Nos escritos acima, é notável que, no que a mulher se diferencia do homem, é utilizado como argumento que reafirma a inferioridade feminina. Sua fragilidade de corpo é operada no sentido de posicioná-la como ser que necessita da proteção masculina, por isso deve se restringir a atividades menos complexas e mais caseiras. Esse argumento reforça o comportamento submisso esperado da mulher e se perpetua até os dias de hoje, estabelecendo regras para a aparência física dos gêneros. Não é a toa que a feminilidade, por vezes, encontra identificação em corpos delicados, frágeis e pequenos. Qualquer pessoa do sexo feminino que fuja a esses padrões, que possua um corpo mais robusto ou musculoso é caracterizada como uma figura masculina.

Além disso, para o cientista, o excesso de sensibilidade emocional, tido como característico do sexo feminino, tornaria impossível o desenvolvimento da sua racionalidade, a impossibilitando de participar da evolução histórica da humanidade.

Apesar de, em obras gerais sobre Revolução Francesa, a presença feminina ser próxima a inexistente, segundo a historiadora Dominique Godineau, a participação das mulheres “não é pontual, mas estrutural, embora sendo realizada em posição secundária” (GODINEAU, 2003).

Mesmo não possuindo poderes políticos, durante a convocação dos Estados-gerais em 1788, as mulheres também sofriam com as crises de abastecimento, de inflação e desordem fiscal, o que as mobilizou a se fazerem presentes na escolha da Assembléia Nacional Constituinte, levantando pautas, questionando e estimulando a população a realizar boas escolhas, embora sem a opção de escolher uma representante para compor a assembleia, já que mulheres não possuíam este direito político. A pressão que impunham era tamanha que em 1793 foram proibidas de comparecer às sessões do parlamento, o que não as desestimulou. Diante dessa dificuldade, as mulheres passaram a ocupar cafés, salões, jornais, qualquer lugar que lhes fosse possível declarar suas demandas.

Muitas também, disfarçadas de homem, “combateram nos exércitos da Revolução. [...] A maioria dessas mulheres-soldados era de jovens: quase todas tinham menos de 35 anos. Em geral, acompanhavam o marido, muitas vezes, o pai ou irmãos” (MARAND-FOUQUET, 1993).

Relativo a números, de acordo com uma análise feita do Dominique Gidineau, a participação política da mulher neste período revolucionário variou:

De um décimo a um quarto dos participantes – 15 a 25% dos membros das sociedades populares mistas; 14% dos suspeitos presos em Paris, de 1792 a 1794; 12 a 15% dos sans-culotes presos em 1795. Com prudência, se poderia avançar que sobre dez revolucionários ou contrarrevolucionários engajados, de um a dois são mulheres. (GODINEAU, 2003, p. 220).

Em um primeiro olhar, esta presença pode parecer irrelevante. Mas observando que, em uma cultura que reduz a mulher à escória social, despojada de direitos políticos e incapaz de participar de decisões em momentos históricos de tamanho significado, o seu comparecimento não deve, nem pode ser ignorado. Estas mulheres abriram caminhos para as reivindicações de direitos civis e cidadania política.

Uma das maiores conquistas, também desejada por homens insatisfeitos com seu estado civil, já que o casamento era utilizado de modo estratégico para atingir interesses políticos e financeiros, foi o divórcio. No antigo regime, a mulher era totalmente tutelada, “por causa da sua suposta inferioridade fisiológica, moral e intelectual. Verdade é que, sem o acordo do marido, ela não podia realizar ato jurídico, nem dispor dos seus bens” (SOUZA, 2003).

A introdução do divórcio resultou do teor iluminista da Constituição de 1791, que em seu artigo 7 transforma o casamento em um contrato civil, susceptível a alterações, assim como qualquer outro contrato. Mesmo diante desta conquista, a mulher, ainda assim, não passa a ter direitos iguais aos homens, uma vez que o decreto da Convenção Nacional (28-12-1793) determinou que “a mulher continuava a ter de esperar dez meses para poder contrair novo casamento, mas o marido podia voltar a casar imediatamente” (MARAND-FOUQUET, 1993).

Essa mudança concedeu à mulher direitos civis. Contudo, a cidadania política que, na França, significava “ter direito a pertencer à Guarda Nacional; ter o direito de exercer cargo público e, sobretudo, o direito de votar e ser votado para o parlamento nacional” (SOUZA, 2003) não lhe foi consentido. Mesmo sob pressão de diversos segmentos da sociedade, no período da Convenção Nacional, quando o assunto se voltou para o direito da mulher de votar e ser votada no parlamento, as divergências cessavam e o voto era praticamente unânime. As mulheres não deveriam ter cidadania política. Para o relator do processo, o deputado Jean-Pierre Andre Amar:

O homem é forte, robusto, nascido com uma grande energia, de astúcia e coragem, quase exclusivamente destinado a tudo o que exige força, inteligência, capacidade, inclinado às meditações profundas e sérias. Ao contrário, as mulheres são caracterizadas pela fraqueza física, moral e intelectual [...]; elas não têm a força moral e física que exige o exercício dos direitos políticos (GODINEAU, 2002, p. 233).

Ora, o país que revolucionou o modo de fazer democracia, direcionado por princípios de igualdade, liberdade e fraternidade só irá conceder à mulher o direito de votar e

ser votada ao parlamento em 1944, quase dois séculos depois. Uma das imagens mais utilizadas no mundo para representar a Revolução Francesa, a obra “A liberdade guiando o povo”, de autoria do pintor Eugène Delacroix, lançada em 1831, não retrata, de fato, a representatividade feminina na sociedade deste país. Inclusive, sua existência, dando completo destaque a uma mulher, com seios expostos e pelos na axila, representando a liberdade, tendo papel ativo enquanto misturada aos campos de batalha, perturbou tanto aos realistas quanto aos revolucionários e foi comprada pelo Estado, por 3 mil mil francos e devolvida ao artista, para que guardasse em ambiente privado, inacessível à população.

Figura 1 – A liberdade guiando o povo



Fonte: Eugène Delacroix, 1831

Foi somente no século XIX, com as sufragistas, que pode-se observar o que foi iniciado por ideias iluministas, culminando no movimento feminista, o qual demarca o início da narrativa da história da mulher feita por mulheres.

O movimento feminista passou por diversas fases e, a cada conquista, deparou-se com a necessidade de mudar, a fim de se reorganizar em torno dos novos desafios propostos e que poderiam, potencialmente, tornar mais relevante o seu impacto sobre a vida da classe que se propõe a representar. Sua relevância na conquista da ampliação dos direitos das mulheres é inegável e sua participação política, cada vez mais expressiva, teve papel determinante na construção do consciente feminino social e no posicionamento de problemas vivenciados pela

classe feminina, influenciando direta e indiretamente a formulação de políticas públicas voltadas para mulheres, o qual é objeto de interesse deste trabalho.

Diante disso, faremos uma breve explanação sobre os momentos vivenciados pela luta feminista, a fim de compreender o atual espaço ocupado por esse movimento social e sua capacidade de posicionar demandas do interesse da classe feminina.

Como movimento social o feminismo é essencialmente moderno, pois fundamenta-se a partir dos ideais iluministas e das ideias avassaladoras da Revolução Francesa e Americana, voltando-se, inicialmente, para as conquistas de direitos sociais e políticos. Ganhou forças nos países europeu e nos Estados Unidos, chegando até os países sul-americanos e atingiu seu auge, no século XIX, na luta sufragista, que tinha como principal pauta o direito ao voto em eleições políticas. Esse movimento inicia-se na urbanização e industrialização do século XIX, quando houveram grandes deslocamentos de pessoas – em relevante parcela, de mulheres – do campo para a cidade, a fim de trabalhar nas fábricas, formando a classe proletária. No Brasil, em fins do século XIX, as mulheres representavam significativa força de trabalho incorporada à produção social, como apresenta o trecho a seguir:

A industrialização trouxe junto a inserção massiva das mulheres no trabalho fabril ao qual, se se considera o total da mão-de-obra empregada no setor têxtil, o sexo feminino contribuiu com mais de 60%, chegando em alguns setores, como juta, à cifra de 74% do proletariado. Paralelamente ao desenvolvimento do setor industrial têxtil e junto com a expansão urbana se produziu também, nesse período, o incremento do mercado de trabalho informal. (SAMARA; MATOS, 1993, p. 325).

Nos ambientes de trabalho e convívio social, rondava a influência de ideais anarquistas e socialistas trazidos por trabalhadores imigrantes italianos e espanhóis. Diante disso, já era possível observar mulheres “incorporadas às lutas sindicais na defesa de melhores salário e condições de higiene e saúde no trabalho, além do combate à discriminações e abusos a que estavam submetidas por sua condição de gênero” (COSTA, 2005). Na América Latina, em meados do século XX, foram formadas diversas organizações feministas socialistas, anarquistas e liberais, simultaneamente a coordenação das classes populares inspiradas pelos ideais socialistas e anarquistas de caráter internacional (VALDÉS, 2000; MOLYNEUX, 2003). O eixo articulador desses movimentos, compostos por mulheres, era a demanda por igualdade política e direito ao voto, que no Brasil foi estabelecido em 1930.

Este primeiro momento do movimento feminista pode ser considerado de cunho conservador quanto a questionar a divisão sexual dos papéis de gênero, inclusive, reforçando estereótipos e tradições conforme as suas virtudes domésticas e sua figura maternal eram utilizadas para garantir o cumprimento de suas demandas. Para Molyneux,

As mulheres aceitaram o princípio da diferença sexual, mas o rejeitaram como fundamento para a discriminação injustificada. As líderes dos movimentos de mulheres criticaram seu tratamento diante da lei e impugnaram os termos de sua exclusão social e política, mas o fizeram de forma que reconheciam a importância do seu papel na família, um argumento que foi utilizado tanto pelas feministas quanto pelos estados, ainda que com fins distintos (MOLYNEUX, 2003, p. 79).

Após um período com relativa desmobilização, o movimento feminista ressurgiu no contexto de movimentos contestatórios dos anos 1960, a exemplo das lutas pacifistas contrárias à guerra do Vietnã e ao movimento hippie, e traz como lema a afirmação “o pessoal é político” contemplando a ideia de rompimento dos conceitos tradicionais de política, como âmbito da esfera pública e das relações sociais, e traz para o espaço de política as discussões antes restritas ao âmbito privado, quebrando a dicotomia público-privado, que embasa o pensamento liberal nas relações de poder. Essa quebra chama a atenção das mulheres para a construção social da opressão vivida no isolamento de suas casas. Esta bandeira, para Carole Pateman,

[...] chamou a atenção das mulheres sobre a maneira como somos levadas a contemplar a vida social em termos pessoais, como se tratasse de uma questão de capacidade ou de sorte individual [...] As feministas fizeram finca-pé em mostrar como as circunstâncias pessoais estão estruturadas por fatores públicos, por leis sobre a violação e o aborto, pelo status de “esposa”, por políticas relativas ao cuidado das crianças, pela definição de subsídios próprios do estado de bem-estar e pela divisão sexual do trabalho no lar e fora dele. Portanto, os problemas “pessoais” só podem ser resolvidos através dos meios e das ações políticas (PATEMAN, 1996, p. 47).

A força dessa mudança encontra-se na ressignificação do poder político, na forma de interpretar política e poder e questionar os modos como ele é estabelecido. Esta nova visão tornou inevitável o reposicionamento do movimento, estabelecendo novos conceitos, além de novas dinâmicas e condutas. O movimento feminista, apesar de integrar um movimento mais amplo, se diferencia por defender os interesses do gênero das mulheres, questionando os sistemas culturais e políticos fabricados a partir dos papéis de gênero historicamente atribuídos a elas.

Com o Golpe de 1964, o movimento feminista foi massacrado, junto a diversos outros movimentos populares. Vale ressaltar que, a organização feminina em setores mais conservadores da burguesia e da classe média apoiou o golpe militar instalado. Um exemplo disso foram as Marchas com Deus, pela pátria e pela família, que contaram com grande mobilização de mulheres de 1964 a 1968 (SIMÕES, 1958).

Foi no contexto opressor da ditadura que surgiu a segunda onda do movimento feminista na América Latina, um feminismo de resistência. As experiências vividas pela mulher durante a ditadura militar foram imprescindíveis na formação de seu caráter contestatório sobre

o padrão tradicional e as hierarquias de gênero, uma vez que “[...] as marcas de gênero na experiência da tortura, dada a forma específica as mulheres militantes pela repressão, não apenas sexualmente, mas, sobretudo, pela utilização da relação mãe e filhos como vulnerabilidade feminina.” (SARTI, 1998).

Neste período de transição, o movimento feminista latino-americano adquire mais particularidades que o distingue do feminismo europeu e americano. Conflitos causados pela percepção da discriminação, em relação à mulher, presente nos partidos políticos liderados por homens, na igreja e no Estado, junto ao preconceito e sexismo advindo do movimento de esquerda, que entendiam as feministas como “... pequenos grupos de pequeno burguesas desorientadas, desconectadas da realidade do continente, que haviam adotado uma moda e faziam o jogo do imperialismo norte-americano” (STERNBACH; ARANGUREN; CHUCHRYK, 1994) ocasionou a saída das feministas do movimento de esquerda, isolando-as. Esta segregação foi importante, pois possibilitou a sua autonomia em relação a outros movimentos. Foi iniciado, então, um discurso voltado para fortalecer a autonomia do movimento feminista, que não o impedia se articular com outros movimentos, mas possibilitava um espaço autônomo de troca, de reflexão, de articulação e definição de estratégias. *O movimento de Mulheres no Brasil*, documento publicado por uma organização paulista, a Associação de Mulheres, em 1979, apresenta bem o que representava essa autonomia: “acreditamos que esse movimento deve ser autônomo porque temos a certeza de que nenhuma forma de opressão poderá ser superada até que aqueles diretamente interessados em superá-la assumam uma luta” (COSTA, PINHEIRO, 1981).

Na década de 80, com o fim da ditadura militar e o início de uma nova era democrática no Brasil, o crescimento do movimento feminista o tornou objeto de interesses partidários. A partir disso, os mais diversos partidos políticos passaram a incluir demandas das mulheres em seus programas e plataformas eleitorais. Até o momento, para o feminismo, o Estado e o militarismo eram vistos como inimigos dos avanços dos direitos das mulheres, mas neste momento de redemocratização e reorganização política do país, o movimento teve que refletir sobre a sua relação com o Estado, dado que havia real oportunidade de avançar em termos de política feminina e também porque alguns partidos políticos de oposição foram eleitos para governos estaduais e municipais, o que poderia se revelar como uma ameaça aos avanços conquistados até este período.

Neste terceiro momento, a assimilação de um feminismo institucionalizado, fortalecido na sua relação com o Estado, não foi de fácil aceitação no interior do movimento, pois muitas mulheres consideravam essa mudança uma brecha na luta pela sua autonomia.

Mas, o movimento feminista não poderia deixar de reconhecer a capacidade de intervenção estatal, não somente de forma coercitiva, mas através de leis, da proposição de ações e políticas públicas, dos mecanismos de regulação da comunicação que poderiam ter papel fundamental na transformação da condição feminina (MOLYNEUX, 2003).

Diante disso, as feministas se propuseram a manter uma relação mais próxima com o aparelho estatal, compondo-o, mas também mantendo-se como movimento social organizado, capaz de se articular com outros movimentos e de fiscalizar as ações do poder público na promoção dos direitos da mulher. Foi partindo dessa mentalidade que o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) foi criado, com a coordenação entre o movimento feminista e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o Presidente Tancredo Neves, no processo de transição para a sua posse:

Graças à atuação direta de algumas feministas nas esferas de decisão e planejamento, logo o CNDM, de fato, se transformou em um organismo estatal responsável por elaborar e propor políticas especiais para as mulheres, e, contrariando o temor de muitas feministas, se destacou na luta pelo fortalecimento e respeito à autonomia do movimento das mulheres, o que lhe garantiu o reconhecimento de toda a sociedade (COSTA, 2005, p. 07)

O CNDM articulou a campanha nacional “Constituinte para valer tem que ter palavra de mulher”, que coletou demandas e as organizou no documento: a Carta das mulheres à Assembleia Constituinte. Foi nesse momento que as mulheres ocuparam o Congresso Nacional: brancas, negras, índias, mestiças, intelectuais, operárias, professoras, artistas, camponesas, empregadas domésticas, patroas... todas com o intuito de defender a construção de uma legislação mais igualitária (COSTA, 1998).

Foi através do que ficou conhecido como o lobby do batom, que o movimento feminista foi capaz de aprovar quase 80% de suas demandas, transformando-se no setor organizado da sociedade civil que conquistou mais vitórias:

A novidade desse processo foi a atuação conjunta da chamada “bancada feminina”. Atuando como um verdadeiro “bloco de gênero”, as deputadas constituintes, independentemente da sua filiação partidária e dos seus distintos matizes políticos, superando suas divergências ideológicas, apresentaram, em bloco, a maioria das propostas, de forma suprapartidária, garantindo assim a aprovação das demandas do movimento.

O momento de articulação do lobby do batom reflete uma quebra de paradigmas no tradicional modo de fazer política. O movimento feminista foi capaz de articular seus interesses sem depender da intermediação dos partidos políticos. Contudo, apesar de suas conquistas, durante a finalização do seu mandato, o governo de Sarney pôs fim ao único órgão federal com respaldo e respeito popular da classe feminina, o CNDM.

Este momento vivido pelo movimento feminista foi essencial para esclarecer alguns pontos: a articulação independente do movimento é possível, pois suas demandas são claras e atendem a um parcela extremamente relevante da população brasileira. As mulheres, desde a década de 40, formam o maior contingente populacional brasileiro e, quando coordenadas, possuem inquestionável capacidade de mudança; a presença da mulher no ecossistema político é crucial, pois este ambiente apresenta amplas possibilidades de transformação, através da criação de leis e por proposição de políticas públicas que afetarão toda a população brasileira e, portanto, a mulher não deve abrir mão da sua presença nestes debates; por fim, nenhum direito é permanente, mas resultado de muitas lutas e constante vigilância. Mesmo diante de tantas conquistas, a história escrita por mulheres ainda é muito recente e vulnerável a governos autoritários e opressores. A mulher tem o papel de se manter atenta e presente a fim de garantir que:

Nesse momento de gritante retrocesso; de um temerário e incompetente mau congresso; em que poderes ainda mais podres que antes; põem em liquidação direitos importantes; eu quero diante desses homens tão obscenos; poder gritar de coração e peito plenos; não quero mais nenhum direito a menos. [...] Nessa nação onde se mata e trata mal; mulher e pobre, preto e jovem, índio e tal; onde nem lésbica, nem gay, nem bi, nem trans; são plenamente cidadãos e cidadãs; não quero mais cantar meus versos mais amenos; a menos que antes seus direitos sejam plenos; não quero mais nenhum direito a menos. (MOSKA, 2018).

2.1 A mulher no cenário empreendedor internacional e brasileiro

Segundo o relatório “O poder das mulheres: avaliação das disparidades globais de gênero”, – a primeira tentativa do Fórum Econômico Mundial (FEM) em avaliar a dimensão da disparidade de gênero nos países em que está presente – mesmo diante da crescente conscientização global sobre as questões de gênero, nenhum país do mundo foi capaz de superar essa disparidade e, dentre 58 países, o Brasil ocupava, em 2005, a posição 51 no ranking de países que conseguiram a maior redução de disparidade entre os sexos, perdendo somente para México (52), Índia (53), Coreia (54), Jordania (55), Paquistão (56), Turquia (57) e Egito (58).

No estudo foram avaliados 58 países e como as mulheres alcançaram a igualdade com os homens em 5 aspectos críticos: participação econômica, oportunidade econômica, empoderamento político, conquistas educacionais, saúde e bem estar. Neste trabalho, daremos especial atenção ao aspecto de participação econômica.

O fenômeno da globalização gerou a oportunidade de produtores e empreendedores locais alcançarem níveis internacionais. Contudo, seu efeito é devastador, pois intensifica níveis

de desigualdade de gênero ao concentrar-se em quem possui maior nível de escolaridade, que consequentemente, possuem acesso a capital e recursos. Contudo, os menos capacitados não possuem o mesmo acesso às facilidades da globalização. Podemos observar, também a nível internacional, a guetização – um modo de isolamento, restrição a certos setores da sociedade – do trabalho feminino, um fenômeno presente em todas as culturas e que invade o campo profissional ao concentrar o perfil da mulher em profissões feminizadas, onde as mulheres assumem sempre o papel de cuidadoras em atividades nas áreas de enfermagem, magistérios, secretariado, cuidado de idosos e enfermos, entre outras – o que se caracteriza como “segregação ocupacional horizontal” – e que as mantém em categorias trabalhistas inferiores às dos homens (FEM, 2005). Como essas atividades são, normalmente, realizadas por mulheres, os seus salários são os mais baixos possíveis, sem grandes possibilidades de ascensão na carreira.

O termo feminização da pobreza é utilizado, muitas vezes, para ilustrar o fato de que a maioria das 1,5 bilhão de pessoas que vivem com US\$ 1 (ou menos) por dia, é mulher e que a disparidade entre mulheres e homens dentro do ciclo da pobreza não sofreu redução, ao contrário, pode ter aumentado na última década (ONU, 2000).

Apesar de existirem avanços com cada vez mais mulheres ocupando vagas em cursos tradicionalmente frequentados por homens, como direito, medicina e engenharia, a porcentagem, neste período, ainda era bem reduzida, em comparação a presença masculina. Uma pesquisa com bacharéis realizada pela Escola de Advocacia da Universidade de Yale registrou um número crescente de mulheres advogadas (de 25% a 35%), com uma pequena presença feminina nas sociedades de escritórios (5% a 15%) (FEM, 2005). Mesmo com o crescimento da quantidade de mulheres com possibilidade de ingresso no mercado de trabalho, ainda são poucas as que assumem cargos de liderança, prejudicando a representatividade feminina nos ambientes de trabalho e dificultando a implementação de políticas empresariais que garantam o tratamento equânime entre gêneros.

Consequências da ausência de mulheres em cargos de liderança torna possível a existência de anomalias como as praticadas no mercado de trabalho estaduniese, em que as mulheres tem acesso a até 12 semanas de licença maternidade, mas sem nenhuma remuneração. Esse tipo de prática nivela os Estados Unidos a países como Lesoto, Suazilândia e Papua Nova Guiné (OIT, 1997).

Esse relatório demonstra o longo caminho a ser percorrido para garantir a equidade de gênero na participação econômica em todos os países do mundo, o que é temeroso e danoso para o desenvolvimento econômico, pois o fortalecimento da presença feminina no mercado

deve ser encarado como uma questão estratégica, uma vez que os países que não reconhecem o valor da equidade de gênero estão comprometendo seu potencial competitivo ao, equivocadamente, não capitalizar metade da sua capacidade produtiva. A participação da mulher na economia ultrapassa a necessidade de reduzir as diferenças econômicas de gênero – que em 2005 significava que dois terços da população mais pobre do mundo era composta por mulheres – e adentra o âmbito de aumento da renda familiar e estímulo do desenvolvimento econômico do país.

Aprofundado-se no cenário brasileiro, será possível esmiuçar a realidade do empreendedorismo neste país, principalmente no que tange à participação feminina em uma economia de alto potencial na conjuntura econômica mundial.

Contudo, antes de iniciar esta análise, devemos lembrar que somente em 1962, com a criação do Estatuto da Mulher Casada, que instituiu a igualdade jurídicas dos cônjuges, a mulher passou a ter plena capacidade nas suas ações jurídicas. Somente a partir deste estatuto as mulheres passaram a ter documentos próprios e poder realizar atividades hoje consideradas cotidianas, como a abertura de contas próprias em um banco. Antes disso, não poderíamos vislumbrar a presença de mulheres na liderança de um empreendimento (AIRES, 2017).

Para apresentar este cenário empreendedor no Brasil, faremos uma análise dos dados coletados pelo Programa de Pesquisa Global, Global Entrepreneur Monitor (GEM), que iniciou seus estudos em empreendedorismo no ano de 1999 e, desde então, lança anualmente seus relatórios de empreendedorismo no mundo a partir de análises realizadas nos países que participam do estudo. Neste trabalho tomaremos como base o Relatório sobre o Empreendedorismo no Brasil em 2017, realizado pelo Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade, em parceria com o Sebrae. Vale ressaltar que o GEM se distingue de outros estudos por focar sua investigação no sujeito empreendedor, não no empreendimento, o que permite a inclusão de negócios informais.

O seu processo de coleta de dados que “busca identificar atitudes, atividades e aspirações da população em relação ao empreendedorismo” (GEM, 2017) é realizado com 2000 pessoas que participam da população adulta do país (APS), ou seja, indivíduos entre 18 e 64 anos. Sua análise leva em consideração as seguintes taxas:

Taxa de Empreendedorismo inicial (TEA), composta por empreendedores nascentes, aqueles que são proprietários de um novo negócio, mas ainda não receberam salários, pró-labore ou qualquer outra forma de remuneração por mais de três meses, enquanto os empreendedores novos são aqueles que estão em situação similar dos citados anteriormente,

mas em que o negócio já remunerou de algum modo os seus proprietários por um período superior a três meses e inferior a 42 meses (3,5 anos).

A Taxa de Empreendedorismo Estabelecido (TEE) é composta por empreendedores que administram e são proprietários de seus negócios e já recebem algum tipo de remuneração há mais de 42 meses (3,5 anos).

A Taxa de Empreendedorismo Total (TTE) configura a totalidade de empreendedores, ou seja, a soma de empreendedores iniciais e estabelecidos.

A taxa atual indica que 36,4% dos brasileiros empreendem, o que significa que, em cada 100 brasileiros adultos, 36 são responsáveis por alguma atividade empreendedora. Desse total, 20,3% é composto por empreendedores iniciais e 16,5% é composto por empreendedores estabelecidos, como apresentado na Tabela 1:

Tabela 1 – Taxas¹ (em porcentagem) e estimativas² (em unidades) de empreendedorismo segundo o estágio dos empreendimentos – Brasil - 2017

Estágio	Taxas	Estimativas
TOTAL DE EMPREENDEDORES	36,4	49.332.360
Iniciais	20,3	27.482.078
Novos	16,3	22.093.966
Nascentes	4,4	6.010.858
Estabelecidos	16,5	22.337.649

Fonte: GEM Brasil 2017

Outros aspectos a serem analisados são as motivações dos empreendedores brasileiros. A tabela abaixo sinaliza que 59,4% deles iniciam suas atividades por oportunidade, o que é um indicador positivo, pois são aqueles que escolhem empreender por vislumbrarem uma boa oportunidade. Em geral, este tipo de empreendedor se prepara melhor e tem mais chances de persistir na empreitada de iniciar um negócio. Já a porcentagem de empreendedores por necessidade é de 39,9%, uma quantidade relevante indicando que uma grande parcela da população empreendedora não encontra outras possibilidade de ocupação e renda e, por isso, decide empreender. Esse índice é preocupante, pois em sua maioria, os empreendedores por necessidade possuem baixo nível de escolaridade e tem mais dificuldade em manter o seu negócio. Além disso, indica insegurança econômica e empregatícia no país.

Tabela 2 – Motivo dos empreendedores iniciais: taxas¹ (em %) para oportunidade e necessidade, proporção sobre o TEA² (em %), estimativas³ (em unidades) e razão da oportunidade e necessidade – Brasil - 2017

Motivação	Taxas	Percentual da TEA	Estimativas
Oportunidade	12,1	59,4	16.313.253
Necessidade	8,1	39,9	10.965.755
Razão Oportunidade/ Necessidade		1,5	

Fonte: GEM Brasil 2017

¹ Percentual da população de 18 a 64 anos.

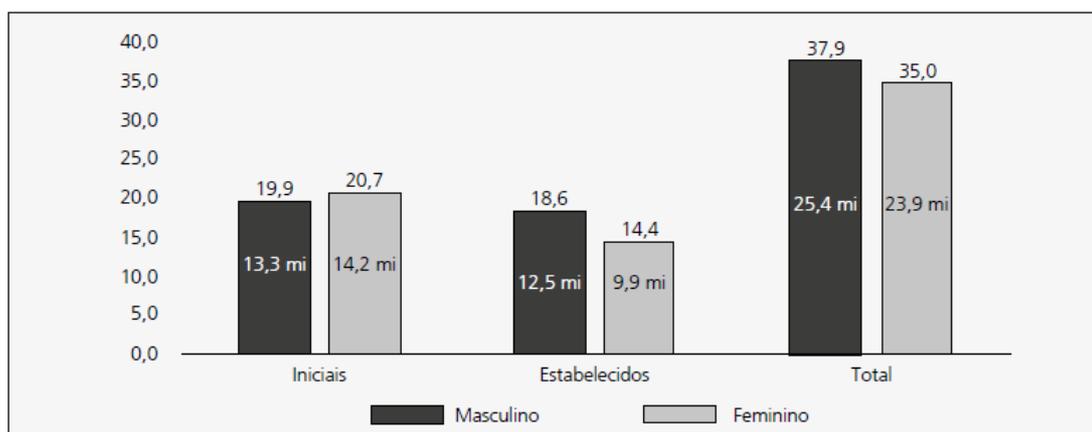
² Proporção sobre a TEA: A soma dos valores pode não totalizar 100% quando houverem recusas e/ou respostas ausentes.

³ Estimativas calculadas a partir de dados da população de 18 a 64 anos para o Brasil em 2017: 135,4 milhões. Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Projeção da população do Brasil e Unidades da Federação por sexo e idade para o período 2000-2030 (ano 2017).

Fonte: GEM Brasil 2017

No Gráfico 1, é feita uma análise com recorte do empreendedorismo no Brasil na perspectiva de gênero:

Gráfico 1 – Taxas (em %) específicas¹ e estimativas² (em milhões) do número de empreendedores por gênero segundo estágios do empreendimento – Brasil – 2017



Fonte: GEM Brasil 2017

¹ Percentual da população referente a cada categoria da população (ex. 19,9% dos homens no Brasil são empreendedores iniciais).

² Estimativa calculadas a partir de dados da população brasileira de 18 a 64 anos para o Brasil em 2017: 135,4 milhões. Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Projeção da população do Brasil e Unidades da Federação por sexo e idade para o período 2000-2030 (ano 2017).

Fonte: GEM Brasil 2017

O Gráfico 1 apresenta que, já em 2017, há redução da disparidade entre empreendedores homens e mulheres, indicando, inclusive, que as mulheres ultrapassaram os homens em iniciativas empreendedoras em quase 1 ponto porcentual. A maior disparidade é encontrada nos empreendedores estabelecidos, demonstrando que, grande parte dos empreendimentos iniciados sob a liderança de mulheres não sobrevivem aos três primeiros anos, o que pode levantar as seguintes questões: as mulheres são menos persistentes na condução dos seus empreendimentos? Ou o ambiente empreendedor é desfavorável às mulheres, o que prejudica a longevidade de seus negócios (GEM, 2017)?

Segundo a Pesquisa “Quem são elas?” – realizada pela Rede Mulher Empreendedora (RME) entre 31 de julho à 29 de agosto de 2016, de metodologia quantitativa e online, com a participação de exatamente 1376 mulheres, das quais 85% já empreendem e 15% desejam empreender – se pudéssemos enquadrar a mulher empreendedora brasileira em um personagem, ela seria caracterizada da seguinte forma:

Uma mulher brasileira, de 39 anos, mãe de um filho, casada, com formação superior completa, sonhadora, com experiência no mundo corporativo, satisfeita com o sucesso conseguido com o seu negócio, ou na busca dele, e dona de uma empresa no setor de serviços. Ao mesmo tempo que conta com apoio de sua família para cuidar da casa, não sabe delegar muito bem suas tarefas, tanto as domésticas, quanto na empresa. Tem problemas com planejamento financeiro, participa de muitos eventos de capacitação e networking e é otimista, acima de tudo (RME, 2016).

Para o estudo, a maioria das mulheres brasileiras decidem empreender a fim de conquistar independência financeira e após terem pelo menos um filho. A pesquisa apresenta que 75% das mulheres decidem empreender após a maternidade. Se for realizado um recorte da classe C, essa porcentagem sobe para 83%. A mulher sente a necessidade de empreender porque o mercado de trabalho formal é inflexível com mulheres que precisam dedicar mais tempo aos cuidados da casa e da família. Além disso, 44% das mulheres que participaram do estudo são, também, chefes de família, ou seja, são as principais mantenedoras da casa.

Adentrando este assunto de gestão doméstica, no estudo foi constatado que o maior gasto das empreendedoras eram voltados para a moradia, que compõe 37% dos gastos, enquanto a alimentação consome 24% da renda, 15% é voltado para o pagamento de dívidas, 8% para saúde e 7% para educação. No recorte de classe econômica, enquanto a classe C gasta até 44% com moradia, o que representa quase metade da sua renda, na classe A os gastos com educação aumentam, chegando a quase 14%, o que auxilia na manutenção da sua ascensão econômica.

Outro fator relevante, que dificulta a atividade de empreender é a dupla jornada realizada pela mulher, ou seja, além da carga horária de trabalho que pode variar entre 6 a 9 horas diárias, a mulher ainda precisa dedicar horas às atividades domésticas e aos cuidados dos filhos. Para o senso comum, a participação do marido nos afazeres da casa se configuram como uma “ajuda” e não uma obrigação que deve ser cumprida por outro morador da residência, o que, em geral, sobrecarrega a mulher, caracterizando o acúmulo de funções como mãe, dona de casa, esposa e empreendedora. Conforme o estudo, vale salientar que, na medida em que os filhos vão crescendo a mulher também passa a realizar mais atividades sozinha.

Já o estudo “Empreendedoras e seus negócios”, também realizados pela Rede Mulher Empreendedora (RME) entre os meses de agosto e setembro de 2017, é voltado para entender as barreiras de crescimento enfrentadas em empresas criadas e geridas por mulheres.

De acordo com o estudo, as mulheres empreendem mais frequentemente por necessidade do que por oportunidade, resultado que já é apresentado há anos, por estudos como os realizados pela GEM. Isso resulta em uma grande porcentagem de empreendedoras na informalidade – o estudo indica que 30% das empresas existentes há até 3 anos não estão formalizadas – e a sua grande maioria acaba por realizar a maior parte das atividades da empresa, gerando acúmulo e impedindo o desenvolvimento da empresa ao seu máximo potencial. Vale ressaltar também a dificuldade das empreendedoras de terem acesso a crédito e financiamento, problema não enfrentado somente pelo Brasil e que impossibilita o crescimento do negócio e o próprio processo de regularização da empresa.

Essa dificuldade de obtenção de crédito também pode tornar mais difícil que empreendedoras assumam um perfil mais agressivo na gestão de seus negócios. A falta de financiamento leva as empreendedoras a investirem dos próprios recursos, em geral, escassos, permanecendo um período mais longo na informalidade ou como MEI e sem acesso a melhores oportunidades do mercado quanto a capacitação e contratação de profissionais qualificados que turbinem o desenvolvimento do negócio.

O estudo também trata sobre o perfil das empreendedoras quanto ao formato jurídico em que se enquadram.

Nos casos de negócios informais, o senso comum entende que em sua maioria são compostos por mulheres com baixos níveis ou sem nenhuma educação formal. A pesquisa demonstrou que, na verdade, grande parte delas possui ensino superior incompleto ou completo. Elas começaram a atividade há menos de 3 anos e realizam atividades relacionadas a sua área de expertise ou a algo que lhes dá prazer. Muitas iniciaram suas atividades após a demissão da própria empreendedora ou do seu companheiro, o que as leva a investir em negócios que não necessitam de capital inicial expressivo. De um modo geral, estas empreendedoras realizam as atividades profissionais dentro de casa, o que faz com que as atividades domésticas e o cuidado com os filhos interfiram no seu trabalho.

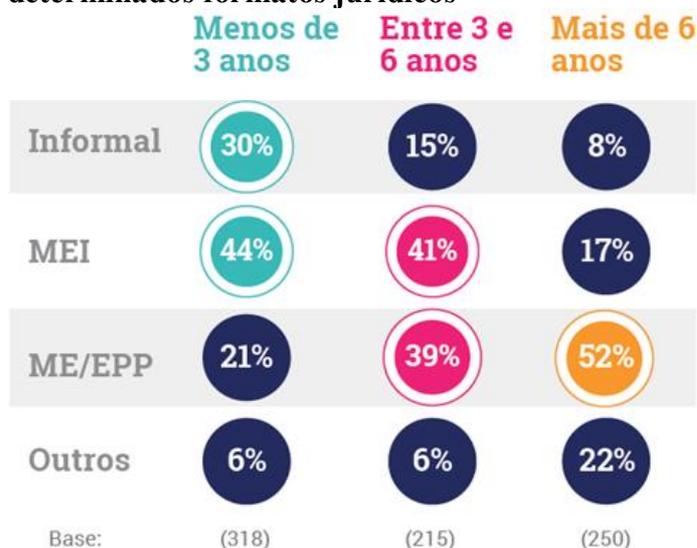
Quanto às micros empreendedoras individuais (MEIs), essas são as mais jovens e, também, com filhos mais jovens. Normalmente, trabalhavam para terceiros, em outras empresas, antes de decidirem iniciar um negócio próprio. Suas motivações giram em torno da busca por sucesso profissional e financeiro, além de desejarem dedicar mais tempo à família. Isso explica porque muitas trabalham mais de 9h por dia, mesmo no esquema de trabalho em

casa. Suas necessidades para garantir o crescimento do negócio envolvem melhorar a divulgação de suas empresas, ter maior acesso à capacitação (cursos e formações), melhorar a gestão financeira do negócio e obter recursos para investir em infraestrutura. Quando a questão de investimentos, as MEIs possuem menos dívidas pessoais do que as empreendedoras informais, o que faz sentido, já que este é um perfil que demonstra possuir maior organização do negócio, pela preocupação de estar em situação regular. Vale ressaltar que 17% das entrevistadas declararam possuir sócios, o que não é permitido na figura jurídica do MEI e pode ser um sinal de receio das empreendedoras de entrarem em regimes jurídicos mais complexos.

Já nas Micro Empresas (MEs) e Empresas de Pequeno Porte (EPPs) as empreendedoras, em geral, são mais experientes. São mulheres mais velhas, com vasta experiência profissional e que decidiram abrir um negócio por identificarem uma oportunidade no mercado. Contudo, apesar de mais experientes, sentem dificuldade de fazer o negócio crescer como gostariam, por falta de tempo, pois acumulam grande parte das atividades da empresa e por falta de dinheiro, pois poucas utilizam-se da oportunidade de empréstimos, já que não entendem o financiamento como uma ferramenta necessária na viabilização do crescimento da empresa. Essas empresas são mais maduras, tem grande presença na área de prestação de serviços, possuem maior incidência de sociedade e tem pelo menos um colaborador que contribui com as tarefas da empresa.

Agora, será apresentada uma análise da duração de empreendimentos iniciados e os formatos jurídicos adotados para essas empresas:

Figura 2 – Porcentagem de duração do empreendimentos em determinados formatos jurídicos

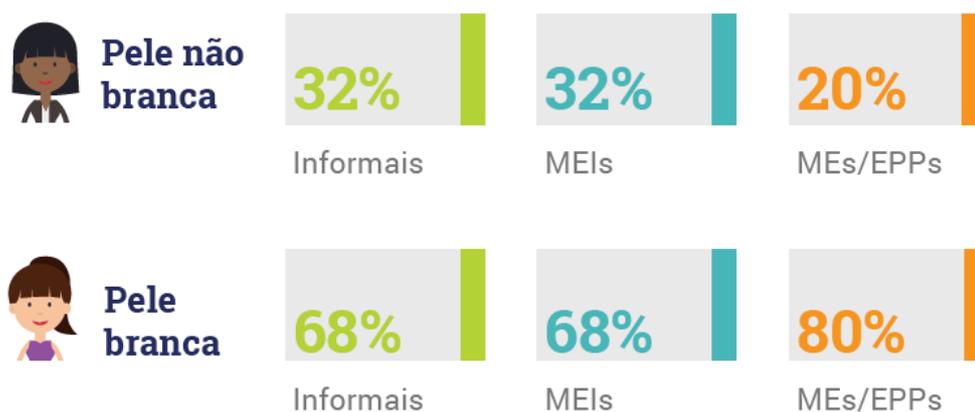


Fonte: Empreendedoras e seus negócios, RME, 2017

De acordo com a Figura 2, no campo de pesquisa de quase 1400 empreendedoras, existem 783 negócios, dos quais a maioria (318) são empresas com menos de 3 anos e concentram-se no formato jurídico MEI ou estão em situação informal. É possível notar o decréscimo de empresas informais, com o decorrer do tempo, o que indica que a subsistência da empresa exige a sua regularização, uma vez que empresas em situação irregular não tem acesso a oportunidades de financiamento, não podem contratar colaboradores, não conseguem fechar negócios com outras empresas e são incapazes de atender a um público maior de clientes. A porcentagem de MEI também decresce com o passar do tempo, na medida que as Micro Empresas ou Empresas de Pequeno Porte aumentam, o que pode significar que os negócios que se iniciaram menores, no regime de MEI, mas que já reconhecem a importância da regularização da empresa, prosperaram e aumentam seu porte.

Outra perspectiva relevante para esta pesquisa é o recorte etnico racial. A tabela abaixo apresenta a porcentagem de mulheres não brancas em cada perfil empreendedor:

Figura 3 – Porcentagem de mulheres de pele branca e não-branca no negócios informais e nas empresas de menor porte



Fonte: Empreendedoras e seus negócios, RME, 2017

De acordo com a Figura 3, menos mulheres negras se aventuram a empreender no Brasil, já que a sua presença representa menos que a metade da porcentagem de mulheres brancas empreendedoras. Isso indica que menos mulheres de pele não branca tem a oportunidade de empreender, mesmo que por necessidade. Isso é um retrato da realidade brasileira, no qual as mulheres negras (pretas e pardas) estão na base da pirâmide de

vulnerabilidade social, pois sofrem duplamente, com a discriminação de gênero e o pré-conceito étnico racial (NATIVIDADE, 2009).

Se as mulheres negras possuem dificuldade em iniciar um empreendimento, o que se dirá perpetuá-lo. O quadro acima apresenta também que, de acordo com o aumento do porte da empresa, a presença de mulheres não brancas se torna ainda menos expressiva.

Vale apontar que o recorte étnico racial, em grande parte das pesquisas sobre empreendedorismo, não é indicado, o que dificulta a proposição de políticas que possam reduzir a disparidade da presença de negros no ecossistema empreendedor e no mercado formal de trabalho.

3 EMBASAMENTO TEÓRICO DO PROJETO MULHER EMPREENDEDORA

O senso comum apresenta àqueles que almejam empreender a visão generalista de que empreendedorismo significa a capacidade de idealizar e coordenar um novo negócio, o que inevitavelmente os levaria à abertura de uma empresa. De fato, o ato de empreender pode ser compreendido dessa forma, mas não deve se ater a essa definição.

Para o doutor em ciência política e empresário Facundo Guerra (2017, p. 10) um empreendedor é “um articulador de distintas formas de energia em prol de uma solução que se alinhe à maneira como você deseja que o mundo se configure”. O conceito criado por ele trata sobre direcionar energias para uma solução, o que significa que empreender está diretamente relacionado a existência de um problema, uma demanda, uma questão que incomoda a alguém.

Portanto, apesar de comumente o vocábulo “empreendedorismo” estar vinculado a abertura de um negócio empresarial, essa não é sua única faceta, pois os problemas existem em todas as áreas da sociedade e a busca das suas soluções é força motriz do trabalho humano. Diante disso, o trabalho em questão traz a perspectiva de uma atuação empreendedora no modo de entender, formular, implementar e avaliar políticas públicas voltadas para estimular a presença feminina em ambientes empreendedores.

Historicamente, a mulher ocupa no âmbito social o papel materno e como dona de casa. Contudo, é possível observar o crescimento do número de mulheres que assumem a dupla jornada e cumprem tarefas fora de casa, tornando-se até, em diversos casos, as mantenedoras da família.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, realizada desde 2012 pelo IBGE, 2018 foi o segundo ano consecutivo com queda no número de famílias brasileiras chefiadas por homens. Em contrapartida, o número de famílias comandadas por mulheres cresce há 5 anos, já ultrapassando a barreira dos 30 milhões desde 2017, o que é referente a 28,5% do total de lares brasileiros.

Quando recortada a realidade do Ceará, a situação se agrava, conforme dados retirados de um estudo nomeado “Mulheres chefes de família no Brasil: avanços e desafios”, realizado pelos demógrafos Suzana Cavenaghi e José Eustáquio Diniz Alves e coordenado pela Escola Nacional de Seguros. O Estudo foi feito a partir do cruzamento de informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNDA 2001 – 2015), do IBGE:

No Ceará, a chefia feminina aumentou de 28,6% para 42,9% do total de famílias. Em número absolutos, o aumento foi de 611.341, em 2001, para 1.274.389, em 2015. A alta foi de 108%, acima da média Nacional. (CAVENAGHI; ALVES, 2018)

Ademais, Maria Helena Monteiro, diretora do ensino técnico da Escola Nacional de Seguros afirma que [...]

As mulheres vivem em média 7 anos mais do que os homens, ultrapassaram os homens em todos os níveis educacionais, aumentaram a sua participação no mercado de trabalho, reduziram as diferenças salariais e são maioria entre os eleitores, os beneficiários da Previdência e dos programas de assistência social. No entanto, há uma enorme disparidade na divisão do tempo dedicado aos afazeres domésticos e aos cuidados com filhos e idosos. A mulher ainda carrega a maior parte da responsabilidade nesses aspectos, o que gera uma inegável sobrecarga e limita, em muitos, casos a ascensão profissional. É preciso ampliar esse debate na sociedade” (MONTEIRO, 2018)

Foi neste contexto, analisando estudos realizados por diversos órgãos públicos, dentre eles a própria Prefeitura de Fortaleza, que a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SDE) propôs a criação e implementação do Projeto Mulher Empreendedora (PME). Uma ação proposta pelo poder público em resposta ao problema identificado.

Contudo, antes de tratar diretamente sobre o projeto em questão, este capítulo será voltado para apresentar estudos, o plano municipal e a agenda internacional que embasam a formulação de ações voltadas para a promoção do empreendedorismo feminino em Fortaleza.

O primeiro estudo considerado nesta análise foi sobre o Perfil da Mulher no Mercado Formal, produzido pela SDE, que estuda dados coletados pelo Instituto Brasileiro de (IBGE) na trajetória temporal de 2010 a 2015.

Também foi avaliado o Estudo do Índice de Desenvolvimento Humano, por bairro, em Fortaleza, que faz uma análise comparativa do padrão de vida das pessoas, dando especial atenção aos indicadores de Renda, Educação e Longevidade por regional e bairro.

Além desses, a SDE verificou um estudo realizado no Programa de Empreendedorismo Sustentável, o qual busca promover ações de apoio aos micros e pequenos empreendimentos, além dos empreendedores individuais, por meio da oferta de formalizações, capacitações gerenciais, acesso a microcrédito, consultoria contábil e comercialização de produtos e serviços. Esse estudo verificou que mais da metade das visitas, 61% (sessenta e um por cento) eram realizadas por mulheres com a intenção de buscar capacitações a fim de melhorarem a gestão de seus pequenos negócios ou mesmo com o desejo de iniciar uma atividade econômica. As três maiores atividades econômicas com participação eram, nesta sequência: (a) comércio, varejista, suvenires, bijuterias e artesanatos; (b) serviços ambulantes de alimentação; (c) comércio varejista de artigos de vestuário e acessórios, dados considerados na escolha nas atividades econômicas principais do projeto.

Por fim, outros pontos de influência na construção do PME foram o Plano Fortaleza 2040 – um planejamento para a cidade com estratégias a serem implementadas a curto, médio e longo prazo, contemplando, dentre outros, o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social e o Plano dos Direitos da Mulher – e os 17 (dezessete) Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, dentre os quais o objetivo 5 (cinco) volta-se para “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”.

Adiante, faremos uma explanação mais detalhada dos estudos e seus dados quantitativos e qualitativos, a fim de esclarecer a criação do Projeto Mulher empreendedora e como foram determinantes no desenvolvimento dos critérios de escolha das beneficiadas com o projeto.

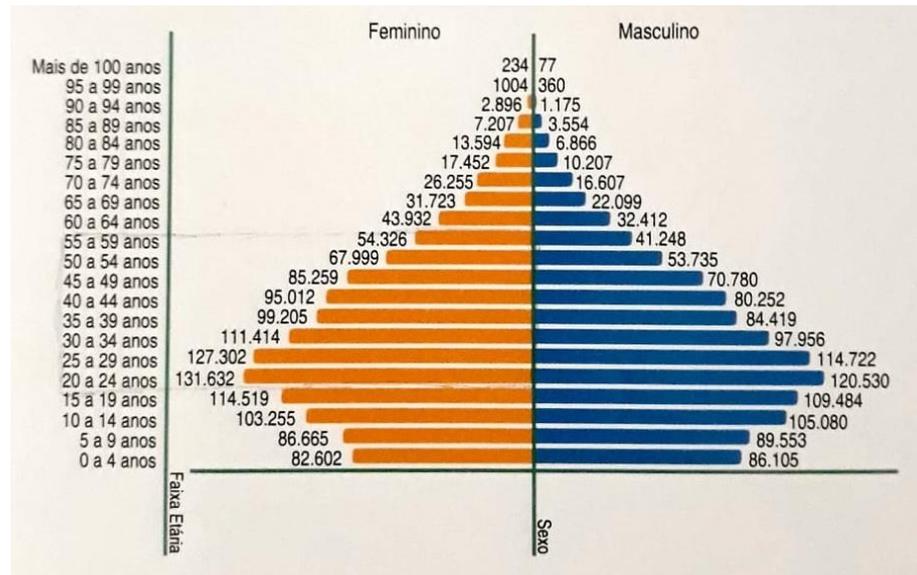
3.1 O estudo Perfil da mulher no mercado formal 2010 a 2015

O estudo Perfil da mulher no mercado formal 2010 a 2015, em sua primeira parte, compreende o perfil demográfico, tratando sobre o comparativo populacional e a ocupação feminina nos bairros de Fortaleza. Em sua segunda parte, analisa: (a) a série histórica do mercado de trabalho formal; (b) a participação da mulher nos setores econômicos; (c) o perfil socioeconômico; (d) a escolaridade e (e) a renda média.

3.1.1 Análise demográfica

Neste momento é observada a dinâmica populacional de Fortaleza, dando atenção aos dados quantitativos de presença feminina na cidade, em relação a idade e residência.

Gráfico 2 - Pirâmide etária de Fortaleza, segundo o gênero.

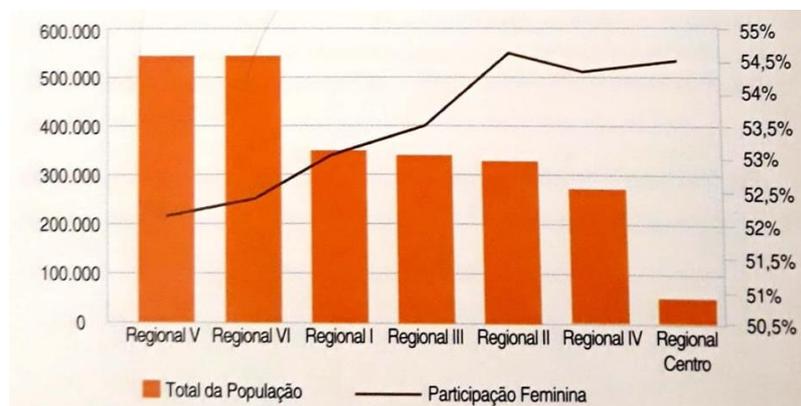


Fonte: IBGE – Censo, 2010.

No Gráfico 2 pode-se observar que, a cidade de Fortaleza possui o total de 2,5 milhões de habitantes, sendo composta, em sua maioria, por mulheres, que totalizam 53% da população.

É possível observar, no gráfico acima, que entre 0 e 14 anos existe maior quantidade de homens do que mulheres. Vale ressaltar que essa realidade que se converte a partir dos 15 anos, idade de entrada no índice da População Economicamente Ativa, – o qual compreende o potencial de mão-de-obra com que pode contar o setor produtivo – a partir de onde passam a ser contabilizados, em todas as idades, um número maior de mulheres, o que demonstra maior taxa de mortalidade entre os homens.

Gráfico 3 - Total populacional e a participação feminina segundo as regionais, Fortaleza



Fonte: IBGE – Censo, 2010.

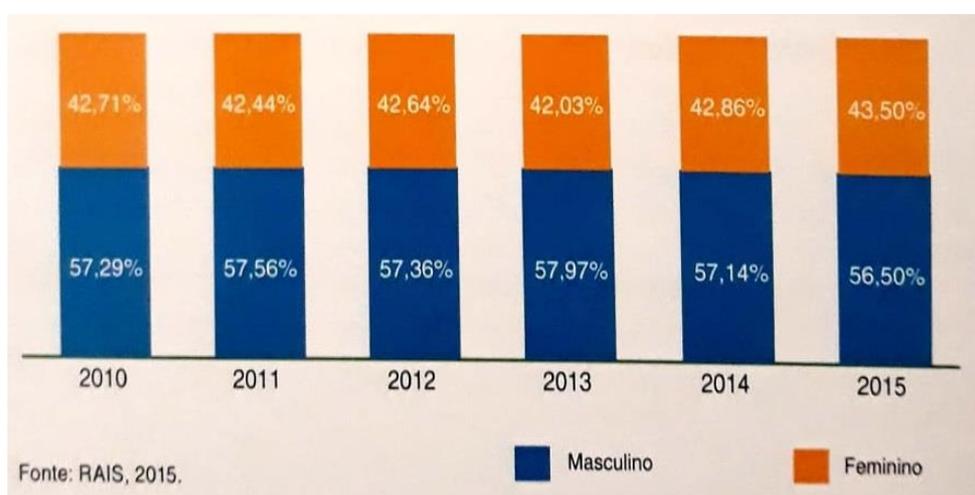
No Gráfico 3, pode-se constatar que os maiores contingentes populacionais estão nas Regionais V e VI, também as regionais com maior quantidade de bairros com os menores IDH, já que dos 28 bairros de Fortaleza com IDH-b entre 0,119 e 0,250, 18 estão localizados nessas regionais. Apesar de, nestas regionais, os percentuais femininos serem os menores dentre todas as regionais, a proporção de mulheres em relação aos homens é sempre maior do que 1, o que significa que há sempre mais mulheres do que homens.

Esses dados foram relevantes pois estabeleceu um dos critérios de classificação do edital, o qual atribuía maior pontuação para os negócios localizados em bairros com menor IDH-b, a fim de gerar maior circulação de renda nessas regiões e por entender que as mulheres moradoras destes bairros se encontram em situação de vulnerabilidade. Contudo, o critério é classificatório e não eliminatório, uma vez que há considerável presença feminina em todas as regionais.

3.1.2 O perfil do mercado de trabalho formal em Fortaleza, com foco na participação feminina

A análise a seguir irá tratar sobre o histórico do trabalho formal em Fortaleza, levando em consideração a participação feminina nos setores econômicos, o seu perfil socioeconômico, o nível de escolaridade e a renda média.

Gráfico 4 - Série histórica do mercado de trabalho formal de Fortaleza, segundo o sexo - 2010/2015

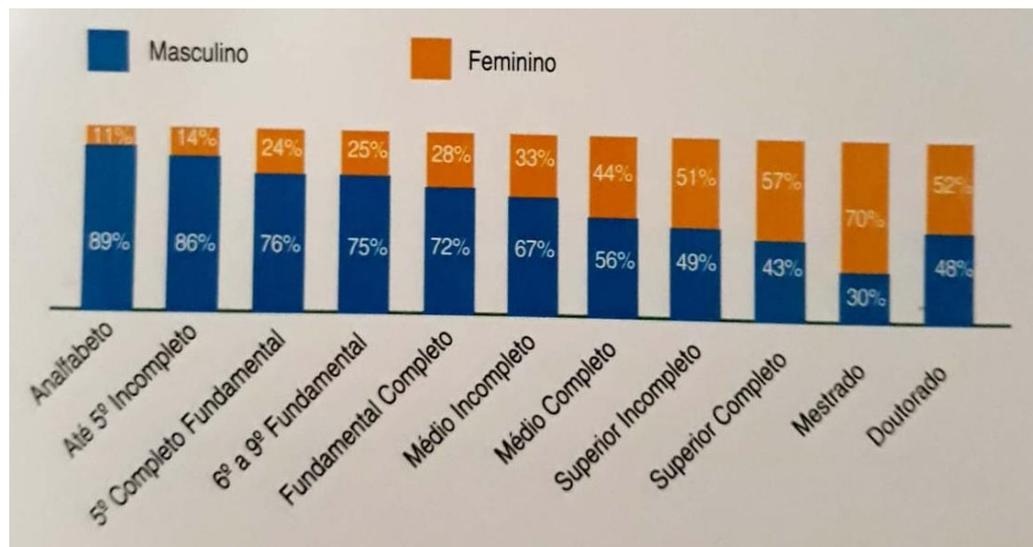


Fonte: RAIS, 2015.

Atentando-se ao gráfico 4, pode-se inferir que a participação da mulher no mercado de trabalho formal é sempre menor que a do homem. Contudo, ela está em crescimento e, segundo estudo do IBGE, ele foi de 15,6% (quinze ponto seis por cento), de 2010 a 2015. Enquanto isso, há uma queda da presença masculina no mercado formal, como é possível notar no gráfico acima.

Este estudo também apresenta o crescimento da presença feminina em praticamente todos os setores econômicos, com queda somente no setor de extrativa mineral e na indústria da informação. Vale ressaltar que o setor que apresenta maior empregabilidade, independente do sexo, é o de serviços, sendo o seu crescimento mais relevante entre o público feminino, de 33,10% (trinta e três ponto dez por cento) em comparação com o masculino, de 25,80% (vinte e cinco ponto oitenta por cento).

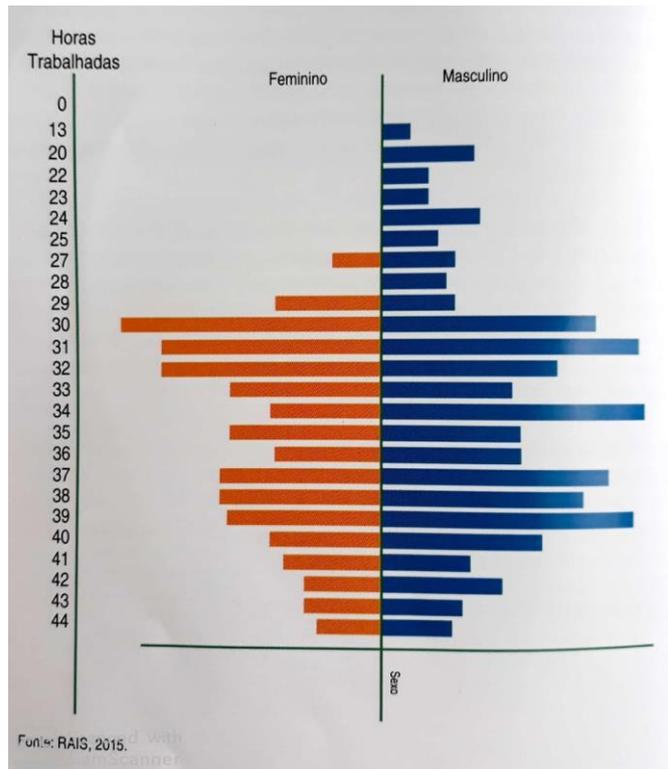
Gráfico 5 - Participação percentual no mercado de trabalho de Fortaleza, segundo escolaridade e o sexo - Fortaleza/2015



Fonte: RAIS, 2015.

A partir do Gráfico 5, é possível auferir que quanto maior o nível educacional, maior a participação das mulheres no mercado formal. Isso acontece porque diversos indicadores, a nível Brasil, apresentam a tendência geral do aumento da escolaridade das mulheres em relação aos homens, em todos os níveis educacionais, mas especialmente nos níveis superiores.

Gráfico 6 - Comparativo do nível de renda média de acordo com o total de horas semanais trabalhadas, segundo o sexo - Fortaleza/2015



Quanto a renda média apurada para homens e mulheres em Fortaleza, na maioria das cargas horárias, é perceptível que os homens recebem um salário médio superior às mulheres para a mesma quantidade de horas trabalhadas. Essa realidade também pode ser observada nos dados comparativos de renda média mensal, levando em consideração o três últimos níveis educacionais (Superior Completo, Mestrado e Doutorado), apresentados na tabela a seguir:

Tabela 3 – Comparativo do nível de renda média setorial de acordo com os três últimos níveis de escolaridade, segundo o sexo – Fortaleza/2015

IBGE Setor	Masculino			Feminino		
	Superior Completo	Mestrado	Doutorado	Superior Completo	Mestrado	Doutorado
Extrativa mineral	R\$ 17.552,43	R\$ 22.353,37	R\$ 16.258,43	R\$ 11.849,67	R\$ 21.647,04	-
Indústria de transformação	R\$ 6.029,12	R\$ 12.820,16	R\$ 5.714,64	R\$ 3.072,77	R\$ 7.467,78	R\$ 2.424,96
Serviços industriais de utilidade pública	R\$ 10.397,71	R\$ 9.966,81	R\$ 8.468,90	R\$ 7.538,20	R\$ 10.187,75	R\$ 7.144,07
Construção Civil	R\$ 5.579,77	R\$ 5.815,28	R\$ 8.361,12	R\$ 3.689,74	R\$ 13.890,18	R\$ 7.128,00
Comércio	R\$ 3.771,32	R\$ 7.005,78	R\$ 6.965,29	R\$ 2.576,04	R\$ 4.595,52	R\$ 3.128,79
Serviços	R\$ 5.277,77	R\$ 5.626,88	R\$ 9.364,59	R\$ 3.662,70	R\$ 5.520,28	R\$ 8.987,46
Administração Pública	R\$ 5.711,66	R\$ 7.439,78	R 6.262,54	R\$ 4.154,25	R\$ 5.307,70	R\$ 5.523,01
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	R\$ 5.813,96	R\$ 7.456,00	-	R\$ 5.039,98	R\$ 6.925,87	-

Fonte: RAIS, 2015.

Fonte: RAIS, 2015.

Em praticamente todos os setores, exceto no nível de Mestrado na construção civil e nos serviços industriais de utilidade pública, os homens recebem um salário médio superior às mulheres.

O estudo apresentado nesse tópico embasou a escolha da SDE em desenvolver um projeto que levasse em consideração a questão de gênero, com o objetivo de ser uma iniciativa corretiva do papel ocupado pela mulher no mercado de trabalho, uma vez que elas são mais que a metade da população economicamente ativa, demonstram constante crescimento da sua participação no mercado de trabalho e estão cada vez mais qualificadas, principalmente nos níveis educacionais superiores. Contudo, ainda recebem menos, por hora trabalhada, do que os homens.

3.2 Plano Fortaleza 2040

O Plano Fortaleza 2040 é um planejamento estratégico de desenvolvimento, realizado pela Prefeitura de Fortaleza, junto a sociedade, com a finalidade de construir a

“Fortaleza que queremos” até o ano de 2040. Este plano deverá ser levado em consideração pelo Prefeito e seus sucessores nas tomadas de decisão sobre o que fazer com o dinheiro público.

O plano foi entregue à Cidade em dezembro de 2016. Teve a elaboração coordenada pelo Instituto de Planejamento de Fortaleza (Iplanfor), com a execução técnica da Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura (FCPC/UFC), por meio da qual foram contratados vários especialistas e consultores, e a participação voluntária de milhares de cidadãos e cidadãs que atuaram durante as suas três fases de elaboração contribuindo com informações, críticas e proposições (FORTALEZA, 2019)

Sua concepção ocorreu diante da necessidade de Fortaleza de dotar de um plano a longo prazo, que enfrentasse seus desafios, visando um futuro com uma cidade mais acessível, justa e acolhedora. Para isso o plano detalhou um conjunto de ações, metas, responsabilidades e custos no seu alcance, lembrando ainda de propor um modelo de gestão e governança, essenciais para a realização do plano.

Enquadrado no eixo 2 do plano, que trata sobre vida comunitária, acolhimento e bem-estar, o Plano dos Direitos da Mulher tem como visão de futuro que:

Fortaleza será uma cidade igualitária, justa, que acolhe, respeita e defende as Mulheres, assegurando-lhes participação nos espaços de poder e decisão. Existirá um integral acesso aos direitos sociais, políticos, econômicos, culturais e ambientais para todas as Mulheres que viverem no Município. As desigualdades no mercado de trabalho serão pequenas e as mulheres ampliarão a participação em cargos de direção e serão empreendedoras. (FORTALEZA, 2016, p. 3).

Nesta visão está presente o reconhecimento de que, para que Fortaleza atinja o status de cidade igualitária, justa e acolhedora para mulheres, elas precisam ter maior participação nos espaços de decisão e poder. Para isso, é imprescindível seu acesso ao mercado de trabalho, a redução das desigualdades nos ambientes profissionais, sua presença em cargos de liderança e o fortalecimento do grupo de mulheres empreendedoras.

A fim de atingir essa visão, foram estabelecidas alguns objetivos e estratégias, dos quais será destacado o de principal interesse para este estudo: o objetivo de “assegurar a inclusão e autonomia econômica das Mulheres, com acesso à educação, empregabilidade, associativismo e capacidade empresarial” e, para isso, as estratégias de [...]

(1) implementar ações que contribuam para o empoderamento das mulheres; (2) Estimular políticas de trabalho e renda que contribuam para a autonomia econômica das Mulheres; (3) ampliar os mecanismos de incentivo ao empreendedorismo de Mulheres; (4) fortalecer a participação planejada e articulada das mulheres nos espaços de poder e decisão, na formação e implementação das políticas públicas e no exercício do controle social” (FORTALEZA, 2016)

Foram, ainda, criadas linhas de ação, com a estipulação de metas a serem cumpridas. A Linha de Ação ML-1, que trata sobre “Autonomia, igualdade de gênero no mundo do trabalho e cidadania”, estabeleceu a meta de liberação de linhas de crédito para incentivar as associações e cooperativas e grupos produtivos de Mulheres idosas, profissionais do sexo, negras, indígenas, ciganas, quilombolas, com deficiência, jovens, lésbicas, bissexuais, catadoras de materiais recicláveis e em situação de rua, além da realização de cursos de capacitação de Gestão em Negócios e qualificação profissional para Mulheres na economia solidária e cooperativas.

Portanto, existe o reconhecimento da Prefeitura de Fortaleza da necessidade de investir no empreendedorismo feminino e o Projeto Mulher Empreendedora surge como iniciativa na construção de uma cidade mais justa, igualitária e acolhedora para a mulher.

3.3 Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU

Outra agenda relevante na formulação de políticas públicas pelos órgãos governamentais brasileiros são as pautas apresentadas pela Organização das Nações Unidas.

Em 2015, a sede da Organização das Nações Unidas em Nova York, recebeu mais de 150 líderes mundiais com o objetivo de adotarem formalmente a nova agenda de desenvolvimento sustentável da ONU. Essa agenda conta com 17 (dezessete) objetivos, os quais devem ser implementados por todos os países nos 15 anos seguintes à sua criação, ou seja, até 2030 com a finalidade de erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir a paz e a prosperidade das nações.

Após críticas aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), por seu caráter unidirecional, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram estabelecidos com ampla representação de países e participação da sociedade.

Os objetivos se fundamentam na Declaração Universal dos Direitos Humanos, na Declaração do Milênio, nos resultados da cúpula mundial de 2005 e teve seu primeiro passo estabelecido na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), em 2012, no Brasil, na qual foi fundado o primeiro grupo de trabalho aberto e voltado para a construção da agenda.

Nesse grupo estavam presentes 70 (setenta) países que “cruzaram informações, experiências regionais e identitárias. Relacionado a isso, ocorreram uma série de “conversas globais” realizadas pela ONU que possibilitaram 11 (onze) consultas temáticas e 83 (oitenta e

três) consultas e inquéritos porta-a-porta sobre os objetivos em questão. O Brasil participou ativamente das negociações dos ODS. O processo de coordenação nacional contou [...]

com o engajamento de 27 Ministérios, além de representantes de governos locais e da sociedade civil, que construíram uma posição nacional sólida e integrada na negociação dos ODS, no âmbito do "Grupo de Trabalho Interministerial para a Agenda Pós-2015". (BRASIL, 2017)

Além disso, foi aberta a pesquisa online Meu Mundo, aberta a comentário e recomendações públicas.

Somente em 2014 a Assembleia Geral da ONU recebeu um relatório com 17 sugestões, que passaram a ser pauta de negociações entre Estados-membros a fim de estabelecer a redação final dos objetivos.

No Brasil, a implementação da agenda parte da publicação do Decreto Presidencial 8.892, firmado em 27 de outubro de 2016, que determinou uma governança nacional voltada para a introduzir a Agenda 2030 no país, criando a Comissão Nacional para as ODS. O Decreto determina que:

Art. 1º - Fica criada a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável com a finalidade de internalizar, difundir e dar transparência ao processo de implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas, subscrita pela República Federativa do Brasil.

Parágrafo único. A Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável é instância colegiada paritária, de natureza consultiva, integrante da estrutura da Secretaria de Governo da Presidência da República, para a articulação, a mobilização e o diálogo com os entes federativos e a sociedade civil. (BRASIL, 2016)

A Comissão elaborou o Plano de ação 2017 – 2019 que deverá contribuir para disseminar os ODS em todo o território nacional e aperfeiçoar as políticas públicas que levem o Brasil a atingir a Agenda 2030 da ONU.

Na Declaração da Agenda 2030 é firmado um compromisso com as mulheres e meninas do mundo, pois compreende a impossibilidade de atingir os objetivos projetados nela enquanto metade da humanidade não estiver empoderada e com acesso a seus plenos direitos como ser humano. Então, uma das pautas definidas pela Agenda 2030, mais especificamente no Objetivo Global 05, propõe aos países “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”, objetivo que deverá ser atingido ao garantir que [...]

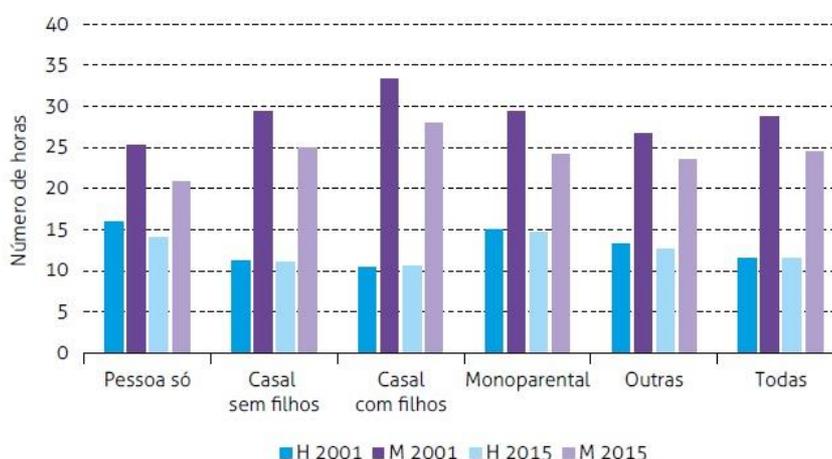
Mulheres e meninas devem gozar de igualdade de acesso à educação de qualidade, recursos econômicos e participação política, bem como a igualdade de oportunidades com os homens e meninos em termos de emprego, liderança e tomada de decisões em todos os níveis. (ONU, 2015)

Dentre do Objetivo 05 das ODS, iremos destacar alguns itens pertinentes ao assunto que estamos tratando neste trabalho. Devemos, portanto, iniciar com o item 5.4, apresentado a seguir:

5.4 Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais. (ONU, 2015)

A literatura nacional e internacional reconhece que o trabalho reprodutivo e doméstico não remunerado permanece sob responsabilidade feminina. O estudo sobre Mulheres chefes de família no Brasil demonstra que, em 2001, em média, 48,1% dos homens se dedicavam a tarefas domésticas. Houve um crescimento na porcentagem de homens que em 2015 se dizem cuidar de afazeres domésticos, configurando o total de 59,5%.

Gráfico 7 - Número de horas trabalhadas por semana nos afazeres domésticos dos chefes, por sexo e tipos de família. Brasil, 2001 e 2015



Fonte: IBGE, PNADs 2001 e 2015

Contudo, o número de horas dedicadas por homens, não sofreu grandes alterações, somando em média o total de 11,5h semanais. Enquanto isso a dedicação feminina sofre uma pequena redução, sendo de 28,7h semanais em 2001, passando para 24,5h semanais em 2015. Vale ressaltar que essa queda não foi causada de uma melhor divisão das atividades, já que não houve aumento de horas dedicadas por homens, mas porque as mulheres passaram a destinar menos tempo a essas atividades, o que pode estar relacionado a queda de fecundidade e ao uso de eletrodomésticos que facilitam a realização das incumbências domésticas, segundo o estudo. Destaca-se, também, os homens que menos dedicam tempo compõe a família nuclear, formada

por um casal com filhos, já o arranjo unipessoal é o que apresenta a menor desigualdade de gênero.

Essa pauta é de extrema importância, pois com o fortalecimento da presença feminina no mercado de trabalho, mas sem a redução de sua carga de trabalhos domésticos, constrói o fenômeno da dupla jornada, em que as mulheres trabalham tanto fora quanto dentro de casa, o que prejudica tanto para as que desejam construir uma carreira profissional quanto as que necessitam trabalhar fora de casa.

Essa divisão irregular dos trabalhos domésticos dificulta o acesso da mulher ao mercado de trabalho, uma vez que ela dispõe de menos horas para dedicar a suas atividades educacionais e profissionais. É importante que cada família se organize a partir do diálogo entre pares, entendendo que ambos são responsáveis pelas atividades domésticas e tanto podem quanto devem ter acesso à realização profissional e à participação na vida pública. Todavia, a noção de que o gênero feminino deve permanecer como único encarregado pelas atividades da casa é uma construção social, e deve ser combatida também no âmbito público, com a promoção de políticas públicas que garantam o acesso da família a serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social da mulher.

Também devemos destacar o item 5.5, que trata sobre “garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública” (ONU, 2015).

Salienta-se a importância da participação da mulher nesses âmbitos, uma vez que historicamente o gênero feminino é reduzido à participação no ambiente privado dos lares, não tendo acesso à vida pública e política, o que conseqüentemente leva à baixa representatividade da mulher em cargos eletivos do país, apesar serem maior contingente populacional no Brasil desde de 1940, segundo o estudo Mulheres Chefe de Família (2018).

Como disse Bertha Lutz, advogada e bióloga por profissão, parlamentar por eleição e a única mulher incluída na delegação brasileira a participar da conferência que resultou na criação da ONU – datada em 26 de junho de 1945 – “Nunca haverá paz no mundo enquanto as mulheres não ajudarem a criá-la”. Sua luta pela inclusão da pauta sobre igualdade de gênero logrou a sua inclusão no preâmbulo e no Artigo 08 da Carta de Criação da ONU:

NÓS, OS POVOS DAS NAÇÕES UNIDAS, RESOLVIDOS a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que por duas vezes, no espaço da nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade, e a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, **na igualdade de direito dos homens e das mulheres**, assim como das nações grandes e pequenas, e a estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações decorrentes de tratados e de outras

fontes do direito internacional possam ser mantidos, e a promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade ampla.

Artigo 8 As Nações Unidas não farão restrições quanto à elegibilidade de homens e mulheres destinados a participar em qualquer caráter e em condições de igualdade em seus órgãos principais e subsidiários (ONU, 1945)

Conquistas como a indicada acima demonstram a importância da presença feminina no ecossistema político. Sem representatividade não há proposição de demandas e somente o sujeito que experimenta a realidade, que sente, sofre, afeta e é afetado, torna-se capaz de compreender, questionar e propor mudança. Portanto, para que haja a promoção de políticas públicas que afetem positivamente a vida das mulheres brasileiras, é imprescindível que um número expressivo de cargos no poder legislativo seja de ocupação feminina.

4 PROJETO MULHER EMPREENDEDORA

No capítulo anterior, foram apresentados os estudos, planos e acordos internacionais que embasam a realização de políticas públicas voltadas para garantir o respeito aos direitos da mulher, redução da disparidade de gênero no mercado de trabalho e promoção do empreendedorismo feminino.

Neste capítulo iremos tratar sobre especificamente sobre o instrumento licitatório utilizar para realizar o projeto, a definição de seus critérios a partir dos estudos apresentados no capítulo 03.

4.1 Edital do Projeto Mulher Empreendedora

No Edital do Projeto Mulher Empreendedora, assim como em qualquer atividade que envolva o setor público, o gestor público deve estar atento aos fundamentos que norteiam o bom cumprimento das suas atividades. Os princípios fundamentais da Administração pública estão explicitamente apresentados no art. 37 da Constituição Federal de 1988, a seguir:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...] (BRASIL, 1988)

O certame em análise obedece ao princípio da legalidade, o qual limita a Administração Pública a fazer apenas aquilo que é previsto em lei. É uma ação proposta pelo Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico (FMDE), criado pela Lei nº. 8068/1997 e renominado pela Lei Complementar nº 0179/2014, que tem como função estimular e investir em ações que possam alavancar o desenvolvimento econômico do Município de Fortaleza, como está previsto no seu art. 2º.

O art. 5º, inciso II, da Lei Municipal nº 0179/2014, prevê o “apoio a empreendimentos por meio de consultorias técnicas, capacitação pessoal, subsídio parcial ou total de aluguéis ou reformas, financiamento de máquinas, equipamentos e insumos”. Este inciso define exatamente o modo como o Edital se propõe a investir nos empreendimentos das suas beneficiadas, já que em seu processo ocorrem momentos de capacitação para as empreendedoras concorrentes e, ao fim, estas serão beneficiadas com financiamento de R\$ 15.000,00 reais, que poderá ser gasto somente na compra de máquinas, equipamentos e insumos para os seus empreendimentos.

A chamada pública foi divulgada na website de licitações da Prefeitura, no Diário Oficial do Município de Fortaleza e em um site da SDE desenvolvimento especificamente para a divulgação do projeto. O documento estabeleceu todas as explicações de requisitos, prazos e etapas do certame, a fim de expor a todos os interessados e a sociedade todas as informações necessárias sobre ele.

Além disso, disponibilizou um formulário online, o e-mail do projeto e um telefone apto a receber ligações sem cobranças aos interessados em contatar a secretaria, para estabelecer uma ponte que facilitasse a comunicação com a sociedade.

No seu item 4.3.5 divulga a data e horário da sessão pública, realizada na fase de habilitação, em que será realizada a abertura dos envelopes enviados pelos proponentes com a sua documentação, a fim de que não sejam levantadas dúvidas sobre a lisura do processo licitatório. Todos estes cuidados foram tomados para garantir a eficácia do edital, tornando-o transparente e acessível a toda a população e atendendo, assim, ao princípio da publicidade, tão essencial à efetivação do princípio de moralidade da Administração Pública.

Os critérios estabelecidos para a escolha das 100 (cem) beneficiadas pelo projeto podem ser organizados em quatro fases: I. habilitação; II. Avaliação da proposta do negócio; III. Capacitação; e IV. Avaliação do Plano de Negócios.

Na habilitação foram analisados os documentos – indicados no item 4.3 do edital – capazes de comprovar os requisitos necessários à participação das mulheres como proponentes. Os requisitos, dispostos no item 5.0 da chamada pública, exigiam que o negócio fosse composto por, no mínimo, 2 (dois) e no máximo 3 (três) empreendedoras (não sendo estas parentes até 2o grau), sendo obrigatório um sócio gestor do sexo feminino, ter a idade, até o dia da publicação do edital no Diário Oficial, igual ou acima de 18 (dezoito) anos e ser hipossuficiente em renda. Estes critérios foram estabelecidos a fim de garantir que o certame beneficiaria principalmente mulheres com renda baixa ou inexistente.

No item 6.0 é apresentado que a avaliação das propostas de negócio – de caráter classificatório – seriam realizadas por uma comissão técnica, vinculada a critérios estabelecidos no edital que proporcionavam melhores pontuações a negócios localizados em bairros com menor IDH-b, em que a atuação do negócio abrangesse atividades ligadas a área de confecção, economia criativa e gastronomia, com a maior participação feminina possível e com a proponente em mais alto nível de escolaridade. Esses critérios foram definidos para que o edital tivesse a maior representatividade feminina possível e que também promovesse a redução das desigualdades sociais e o fortalecimento da economia de bairros, pois estimula a existência de empreendimentos em bairros com menor IDH-b. Também estabeleceu maior pontuação para

alguns dos setores presentes no Plano Fortaleza 2040 e que são os mais procurados por mulheres empreendedoras, de acordo com a Análise por gênero dos atendimentos do Programa de Empreendedorismo Sustentável (PES), apresentados no capítulo 3 deste trabalho.

A partir daí foram classificadas, para a fase de capacitação, até duas vezes o número de vagas estabelecidas no edital, ou seja, 200 (duzentas) propostas de negócios.

A capacitação foi uma fase obrigatória e extremamente relevante para a garantia de um certame eficaz, que realmente possibilitasse o fomento de novos negócios encabeçados por mulheres. Foram realizadas duas capacitações, uma voltada para a qualificação e o empoderamento das proponentes na preparação dos seus planos de negócios – uma importantíssima ferramenta de gestão – e o capacitação sobre a prestação de contas do edital, processo importante na garantia da publicização do destino dado aos recursos públicos.

Como fase final na escolha das 100 beneficiadas, deu-se a avaliação da viabilidade do plano de negócios – de caráter eliminatório e classificatório – considerando os planos financeiro, de mercado, operacional e de marketing produzidos pelas empreendedoras. As selecionadas, no total de 80 empreendimentos, seguiram para as fases seguintes, de assinatura de contrato e acesso ao financiamento ofertado pela FMDE.

Vale ressaltar que o edital também prevê, na execução do projeto, o acompanhamento técnico mensal de um consultor por um período de 12 meses. Parte dos recursos do Fundo voltaram-se para subsidiar consultores indicados por uma instituição referência no apoio e desenvolvimento de pequenos, micros e empreendedores individuais, o SEBRAE. Os procedimentos de avaliação apresentados aqui foram estipulados a fim de atingir o princípio da impessoalidade, não discriminando ou tomando atitudes que pudessem beneficiar ou prejudicar determinado ente, garantindo o atendimento isonômico das participantes do certame. Como fala Celso Antônio Bandeira de Mello sobre o princípio da impessoalidade, pois ele:

[...] traduz a ideia de que a Administração tem que tratar a todos os administrados sem discriminações, benéficas ou detrimenotas. Nem favoritismo nem perseguições são toleráveis. Simpatias ou animosidades pessoais, políticas ou ideologias não podem interferir na atuação administrativa e muito menos interesses sectários, de facções ou grupos de qualquer espécie (MELLO, 2009)

Este princípio, junto aos outros, garante que a Administração Pública cumpra o interesse coletivo.

Ademais, os critérios de avaliação, a forma como foram cumpridos e o próprio procedimento de consultoria na execução do projeto, foram desenhados com o objetivo de

tornar a sua execução excelente, conquistando seu objetivo de estimular o empreendedorismo feminino e apoiar ações capazes de alavancar o desenvolvimento econômico de Fortaleza.

4.2 Resultados da 1ª Edição do Projeto Mulher Empreendedora

Os resultados da 1ª Edição do Projeto Mulher Empreendedora foram apresentados à sociedade pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, no dia 17 de abril de 2019, no lançamento da 2ª Edição do projeto, que ocorreu no Centro Cultural Belchior.

Neste item serão expostos resultados quantitativos do projeto, em acordo com os critérios de classificação estipulados pelo edital e apresentados no item anterior, e uma breve análise sobre os seus significados. Além disso, será feita a indicação de pontos a melhorar na realização do projeto.

No processo de inscrição foram registrados o total 320 empreendimentos, dos quais 126 foram aprovados na etapa de habilitação. Somente 39% das participantes foram aprovadas nesta etapa, o que demonstra a dificuldade das proponentes em realizar o processo de coleta de documentos necessários para a inscrição no edital. Apesar de ser um procedimento relativamente simples, é comum a eliminação nesta etapa, pois todos os documentos necessitavam de reconhecimento em cartório e o descumprimento ou a ausência de qualquer um dos itens daria causa justa à remoção do proponente da concorrência do edital. A meta e o limite de empreendimentos a serem beneficiados totalizavam 100 projetos, mas só 80 empreendimentos foram aprovados em todas as etapas e receberam o financiamento. É pertinente assinalar o quanto a baixa conversão entre inscritos e habilitados prejudica o projeto, pois torna o leque de opções escasso e resulta no não atingimento da meta proposta nessa edição. Portanto, deve ser realizado um exame, observando os pontos de maior dificuldade enfrentados nessa fase, a fim de montar um plano de comunicação e divulgação do projeto, voltado para garantir que esses erros não sejam cometidos pelas proponentes em potencial, garantindo assim melhores taxas de conversão nesse momento do certame.

Quanto às atividades econômicas realizadas dentre os 80 empreendimentos selecionados, 45%, ou seja, 36 deles pertencem à área de confecção. Este resultado retrata o crescimento progressivo da indústria da moda no Brasil, o quinto maior parque têxtil do mundo, segundo a Associação Brasileira de Indústria Têxtil (Abit). Além disso, 21% dos empreendimentos se identificam com a área de economia criativa, que segundo o SEBRAE (2019) engloba “negócios baseados no capital intelectual e cultural e na criatividade que gera

valor econômico”. Os 34% restantes incluem diversas áreas, como gastronomia e serviços de beleza.

Dos 80 negócios, 51% participaram do certame com o propósito de implantação, o que significou a abertura de 41 novas empresas na cidade de Fortaleza e 49% desejavam ampliar o seu negócio. Vale ressaltar que grande parte dos empreendimentos não estavam em situação regular. Portanto, um dos objetivos do Projeto é a regularização de 100% negócios até o fim do acompanhamento de 12 meses.

Um dos critérios mais relevantes, pois o projeto buscava promover empreendimentos em áreas de baixo IDH-b e atingir a uma parcela da população em situação de maior vulnerabilidade, foi a localização dos negócios beneficiados. Os bairros com maior quantidade de participantes do projeto foram em 1º lugar, o Bom Jardim – que se encontra entre os 10 piores bairros de Fortaleza quanto ao IDH-Renda – com 6 empreendimentos, em 2º lugar o Conjunto Ceará – com IDH-b intermediário, entre 0,3501 e 0,5000 – com o mesmo número de empreendimentos e, em 3º lugar o Mondubim – bairro que se encontra no nível mais baixo de IDH-b de Fortaleza, entre 0,1195 e 0,2500 – com 5 empreendimentos. Dos empreendimentos beneficiados pelo projeto, 54% estão localizados nos bairros de Fortaleza com o IDH-b muito baixo e baixo, 30% nos de IDH-b médio e 15% nos de IDH-b alto e muito alto, o que indica que o projeto obteve sucesso nesse quesito.

O projeto contou com a participação de 168 participantes, dos quais 158 eram mulheres e 10 eram homens, participantes de 10 empreendimentos. Isso foi possível porque o edital permitia a cooperação de homens, desde que o membro gestor fosse do sexo feminino. Essa concessão foi feita pensando nos casos de mulheres que, porventura, sentissem a necessidade da presença masculina, como maridos, nos seus empreendimentos. Contudo, a presença masculina não é tão significativa, representando somente 6% dos sócios participantes do edital. Dos 80 estabelecimentos, 70 foram formados com equipes compostas somente por mulheres, um indicador de independência e confiança das proponentes em construir um empreendimento somente com participação feminina.

Quanto à faixa etária – qualquer pessoa maior de 18 anos poderia participar do projeto – a maior presença foi de pessoas entre 18 e 31 anos, o total de 40,47%, que em números absolutos significa 68 pessoas e o 2º, quase tão relevante quanto, foi na faixa etária entre 32 e 44 anos, 39,28%, ou seja, 66 pessoas. Vale ressaltar que o projeto contou com a participação de 6 pessoas com mais de 57 anos.

Quanto à escolaridade, maior pontuação seria repassada para o negócio com o membro gestor com mais alto nível de escolaridade, já que esse é um critério preponderante

para o sucesso do empreendimento. Das participantes, 50% indicaram possuir o ensino superior completo ou em andamento e 3% atestaram dispor de pós-graduação. Esse indicativo reflete a realidade de que as mulheres estão cada vez mais qualificadas para o mercado de trabalho e que mulheres nesse nível de ensino estão empreendendo por opção, estimuladas por uma ideia inovadora ou em busca por independência no ambiente de trabalho. São perfis resilientes e que possuem maior consciência sobre os desafios que serão enfrentados ao iniciar um negócio, além de terem acesso a ambientes educativos mais qualificados. Por outro lado, 30% possuem o ensino médio completo e 17% o ensino médio incompleto ou somente o ensino fundamental. Isso demonstra que ainda existe uma grande parcela das mulheres empreendedoras desenvolvendo essas atividades por necessidade, uma vez que não possuem potencial de concorrência no mercado de trabalho brasileiro, que tem elevado seus níveis de exigência quanto à qualificação da mão de obra.

4.3 Relato de uma beneficiada pelo Projeto Mulher Empreendedora

Como beneficiária do projeto, gostaria de enriquecer este trabalho com o ponto de vista único de quem vivenciou a sua implementação.

Portanto, peço licença e perdão ao leitor pela audácia em tornar este momento um relato pessoal. Apesar de ser este um trabalho científico, quando se escreve sobre a experiência humana, às vezes é impossível evitar vestígios de pessoalidade.

Em geral, empreender é resultado de uma oportunidade ou uma necessidade. No meu caso, poderia falar que, diante do meu desejo de empreender, não tive escolha. Contudo, como filha de uma família de classe média, com acesso a uma excelente educação fundamental e graduanda em uma das melhores universidades públicas do país, sou uma exceção a realidade da maioria das mulheres brasileiras, que de fato empreendem por necessidade.

Fruto de uma ambiente que estimula Projetos e Programas de Extensão, um dos pilares educacionais da Universidade, enxerguei na possibilidade de empreender uma oportunidade. Em 2017 comecei a dialogar com uma amiga sobre montar um negócio voltado para a prestação de serviços ao público vegano. A escolha do ramo partiu da nossa experiência com o veganismo e com a organização de eventos, nos mais diversos projetos de extensão da universidade. Passamos alguns meses conversando sobre as diversas alternativas e os possíveis formatos do negócio, mas tudo de modo informal, sem qualquer planejamento real que permitisse a sua implementação. Foi quando em maio de 2018, em um dos muitos compartilhamentos que circulam os grupos do aplicativo de comunicação chamado whatsapp,

fui informada sobre o Projeto Mulher Empreendedora. Decidimos aproveitar a oportunidade e inscrever a nossa ideia: um evento vegano.

O Projeto Mulher Empreendedora foi imprescindível para esclarecer o caminho que deveríamos trilhar para construir o nosso negócio. Cada etapa era encarada como um passo desafiador, mas essencial na execução dos nossos planos em modelar o empreendimento que havíamos idealizado. A frase de Albert Einstein “Aprender é experimentar. Todo o resto é somente informação” define perfeitamente nosso percalço. Cada experiência nos permitia cometer erros e acertos que nos ensinavam muito sobre nós mesmas, nossa capacidade e o que nosso empreendimento se comprometia a entregar à sociedade.

Gostaria de dar especial destaque ao curso sobre Plano de Negócios, pois segundo Paulo Valery (2015), consultor do Sebrae, em entrevista ao Diário Comércio Indústria e Serviços, “60% das companhias fecham por não terem um plano de negócios definido”. Este documento compreende todo o planejamento necessário para a criação de uma empresa, desde o planejamento estratégico que traduz a missão em objetivos a longo prazo, até o planejamento operacional, que define os objetivos e ações que serão realizados no dia a dia, a curto prazo, pela equipe que compõe o empreendimento. A obrigação de montar um plano de negócios que refletisse a realidade da nossa empresa e nos garantisse uma boa classificação no certame foi essencial em nos direcionar na montagem do que veio a ser nosso empreendimento: o Festival Navegano.

Hoje, enquanto escrevo este trabalho, estou organizando o que virá a ser a 3ª edição do Festival Navegano e irei receber, pela primeira vez, um salário pago pela minha empresa. Até agora investimos muitos recursos: nosso tempo, nossas ideias, nosso dinheiro e o dinheiro do financiamento recebido através do Projeto Mulher Empreendedora. Cometemos muitos erros, mas também acertamos, no que, até agora, tem sido a experiência profissional mais relevante da minha vida.

A Navegano é uma empresa que já engajou, em 3 edições, mais de 52 marcas, entre empreendedores ainda não formalizados, microempreendedores individuais e microempresas. Dentre essas marcas parceiras, 44 possuem pelo menos uma mulher no seu corpo de liderança, dentre as quais 34 são lideradas somente por mulheres. O evento é relevante porque promove empreendedores locais, muitos dos quais não possuem espaço físico para a venda de seus produtos e tem dificuldade de encontrar-se com o seu público alvo. Portanto, o impacto do evento vai muito além das vendas “in loco”, pois conecta as marcas ao seu público de interesse, possibilitando a construção de um relacionamento com novos clientes. Além disso, é um ambiente educativo, pois pauta o veganismo, promovendo o fim do sofrimento animal, e outros

assuntos relacionados a isso, como questões ambientais e o fim da exploração de mão de obra humana. Dito isso, a empresa Navegano é o exemplo de como uma ação governamental, quando bem aplicada, pode ter um retorno social a níveis exponenciais.

5 CONCLUSÃO

Na parte introdutória deste trabalho foi proposto o exercício de permitir à personagem indicada, Úrsula Iguarán, a possibilidade de ser autora da sua história. No seu processo conclusivo, será apresentado o destino dado a personagem nos capítulos seguintes da obra Cem anos de solidão.

Mais a frente, na narrativa, José Arcadio, filho de Úrsula e José Arcadio Buendia, foge da aldeia com os ciganos. Ao perceber sua ausência, Úrsula indaga os moradores da vila sobre o destino de seu filho e descobre que “entrou para cigano” (MARQUEZ, 1928, p. 38). Preocupada, começa a sua busca pelo filho, seguindo o caminho trilhado pelos ciganos: “continuou perguntando no caminho que lhe indicaram, e pensando que ainda tinha tempo de alcançá-los, continuou se afastando da aldeia, até que teve consciência de estar tão longe que já não pensou mais em voltar” (MARQUEZ, 1928, p. 38).

José Arcadio Buendia só se deu conta de sua ausência às 8h da noite, quando a filha, bebê Amarante, começou a chorar e não foi acudida pela mãe. Então, reuniu um grupo de homens e três dias inteiros se passaram antes que desistissem da busca.

Passaram-se várias semanas e, com a ausência de Úrsula, a família reestabeleceu sua rotina. José Arcadio Buendia voltou assumir a casa, cuidar da filha e do filho, com quem passava horas a fio no laboratório “sacudindo a poeira, botando fogo no alambique”. Mas, intimamente, pedia todos os dias [...]

nas suas concentrações, enquanto manipulava a matéria, rogava do fundo do seu coração que o prodígio esperado não fosse a descoberta da pedra filosofal, nem a liberação do sopro que faz viverem os metais, nem a faculdade de transformar em ouro as dobradiças e fechaduras da casa, mas o que agora tinha acontecido: a volta de Úrsula (MARQUEZ, 1928, p. 40)

Contudo, este é um retorno diferente. Depois de meses distante de casa, exposta ao mundo em busca de seu filho, Úrsula retorna com uma multidão de homens e mulheres comuns, “que falavam a sua mesma língua e se lamentavam das mesmas dores”. Todos vinham do outro lado do pântano, a dois dias de viagem de distância. Úrsula havia empreendido “a rota que seu marido não tinha podido descobrir na sua frustrada busca das grandes invenções”.

Úrsula volta diferente. Aceita em sua casa uma índia guajira para que auxilie nos afazeres domésticos e nos cuidados das crianças pois “andava ocupada demais com um negócio de animaizinhos de caramelo que prometia um bom futuro” (MARQUEZ, 1928, p. 42). Por sua causa, a aldeia estava transformada, já não era mais aquele ambiente pacato de outrora, mas um povoado ativo, com muitas lojas e oficinas de artesanato, que a tornavam uma rota frequente

de comércio, por onde chegaram os primeiros árabes. José Arcádio Buendia, encantado com a nova atmosfera, se destranca do laboratório e volta a empreender na arquitetura da cidade. E enquanto o pai coordenava e reorganizava Macondo, “a mãe consolidava o patrimônio doméstico com a sua maravilhosa indústria de galinhos e peixes açucarados” (MARQUEZ, 1928, p. 43).

Na narrativa, a mulher se afasta da família, de seu povoado e descobre o mundo, desbravando caminhos e se permitindo a possibilidade de expandir para o externo a mulher que, em seu íntimo, desejava ser. Independente, livre, não tendo sua existência restrita aos afazeres domésticos. Uma empreendedora, assim como seu marido.

O Projeto Mulher Empreendedora foi criado com o objetivo de incentivar mulheres como a personagem Úrsula Iguaran, com grande potencial empreendedor, mas ainda imersas em uma cultura limitadora das suas funções sociais. Por isso, seus objetivos traçavam ofertar um financiamento inicial que fosse capaz de estimular a criação ou ampliação de pequenos negócios que promovessem o comércio local de bairros localizados em regiões vulneráveis da cidade de Fortaleza.

De acordo com metas propostas no seu desenvolvimento, o projeto pode ser considerado um sucesso, pois atingiu 80% do número de financiamentos planejados, dentre os quais 51,25% foram utilizados na criação de novos empreendimentos. Ademais, o sucesso em ter 70 empreendimentos com uma equipe composta somente por mulheres demonstra que existe uma demanda deste público em criar e gerenciar empresas e que as mulheres se sentem mais à vontade em estabelecer sociedade com outras mulheres.

A criação desta rede é uma ação essencial para transformar a cidade de Fortaleza em um ambiente de cooperação e estímulo ao desenvolvimento de mais negócios liderados por mulheres, assim como aconteceu com o empreendimento Navegano, que tem construído uma cadeia que objetiva conectar, capacitar e desenvolver cada vez mais mulheres de potencial empreendedor.

A segunda edição do Projeto Mulher Empreendedora foi lançada em abril de 2019, com um novo olhar dos seus propositores sobre como realizar o projeto de forma mais eficaz, a fim de atingir resultados ainda melhores em comparação com a sua primeira edição. Na Figura 4 é possível observar a banca composta pelos líderes da prefeitura de Fortaleza que idealizaram e encabeçaram a realização do programa. A fim de dar continuidade e maior completude a este trabalho, uma pesquisa comparativa entre os resultados da primeira e segunda edição do projeto poderiam enriquecer ainda mais a literatura acadêmica no que tange a proposição de políticas públicas voltadas para mulheres.

Figura 4 – Lançamento da 2ª Edição do Projeto Mulher Empreendedora.



Fonte: Assessoria da Prefeitura de Fortaleza, 2019.

Por fim, pode-se apreender, a partir da investigação histórica e bibliográfica deste trabalho, junto à análise do Projeto Mulher Empreendedora, que somente com a representatividade feminina nos mais diversos âmbitos da sociedade, como líderes de pequenos e grandes negócios, como profissionais liberais em áreas anteriormente ocupadas majoritariamente por homens, como representantes eleitas pelo povo a cargos legislativos e como líderes do executivo que promovam ações de reconhecimento à importância social da mulher, será possível a construção de uma cidade equânime, justa e acolhedora para todos os seus cidadãos.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Comissão Nacional Para Os Ods. Governo Federal. **Plano de Ação 2017 - 2019**. Brasília: Sem Editora, 2017. 43 p. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_desenvsust/Plano-Acao-ComissaoNacional-ODS.pdf>. Acesso em: 26 maio 2019.
- BRASIL. Constituição (2016). Decreto nº 8892, de 27 de outubro de 2016. Brasília, 27 out. 2016.
- BRASIL. IBGE. Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua, 2018. Características Gerais de Domicílios e Moradores. Rio de Janeiro, IBGE, 2018.
- BRASIL (Município). Lei nº 0179, de 2014. Fortaleza, CE, 2014.
- CAVENAGHI, Suzana; ALVES, José Eustáquio Diniz. **Mulheres chefes de família no Brasil: avanços e desafios**. 32. ed. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Seguros, 2018. 120 p.
- COSTA PINHEIRO, Ana Alice. *Avances y definiciones del movimiento feminista em Brasil*. Dissertação (Mestrado em Sociologia)-Facultad de Ciências Políticas y Sociales, México, 1981.
- COSTA, Ana Alice Alcântara. *As donas no poder*. Mulher e política na Bahia. Salvador: Assembléia Legislativa da Bahia. 1998.
- COSTA, Ana Alice Alcantara. O MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL:: Dinâmicas de uma intervenção política. **Gênero**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p.1-20, set. 2005.
- GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. *Relatório executivo*. Sebrae, 2000.
 _____. *Relatório global* 2005.
 _____. *Relatório global*, 2016.
 _____. *Relatório global*, 2017.
- GODINEAU, Dominique. **Les femmes dans la société française 16 - 18 siècle**. Paris: Armand Colin, 2003.
- GUERRA, Facundo. **Empreendedorismo para subversivos: Um guia para abrir seu negócio no pós-capitalismo**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2018.
- HUNT, Lynn. Revolução francesa e vida privada. In: ARIES, Philippe; DUBY, Georges (Org.). **História da vida privada**. Tradução Denise Bottman e Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- HUTCHEON, Linda. **Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção**. Rio de Janeiro: Imago, 1947.
- JOSÉ HUMBERTO FAGUNDES (Brasil) (Ed.). **Empoderamento das mulheres: avaliação das disparidades globais do gênero**. Geneva: World Economic Forum (FEM), 2005.

- MARAND-FOUQUET, Catherine. **A mulher no tempo da revolução**. Tradução Maria Mello. Portugal: Inquérito, 1993.
- MARQUEZ, Gabriel García. **Cem anos de solidão**. 58. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005. 394 p. Tradução de Eliane Zagury.
- MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 26. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2009.
- MENEGHETTI, Luana. **Falta de plano de negócios fecha 60% das micro e pequenas empresas**. 2015. Disponível em: <<https://www.dci.com.br/economia/falta-de-plano-de-negocios-fecha-60-das-micro-e-pequenas-empresas-1.590055>>. Acesso em: 07 ago. 15.
- MOLYNEUX, Maxine. *Movimientos de mujeres en América Latina*. Un estudio teórico comparado. Madrid: Catedra: Universidad de Valencia. 2003.
- MOSKA. Nenhum direito a menos. Rio de Janeiro: Biscoito fino, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZONUGN8vg>. Acesso em 16 jun. 2019.
- MULHERES, chefes de família no Brasil: avanços e desafios. Rio de Janeiro: Escola de Nacional de Seguros, 2018. (55 min.), son., color. Disponível em: <<https://pt-br.eventials.com/escolanacionaldeseguros/mulheres-chefes-de-familia-no-brasil-avancos-e-desafios/>>. Acesso em: 27 mar. 2018.
- NATIVIDADE, Daise Rosas da. Empreendedorismo feminino no Brasil: políticas públicas sob análise. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 1, p.231-256, fev. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122009000100011&script=sci_arttext>. Acesso em: 01 jun. 2019.
- ONU (Org.). **Woman watch**: baseado da "Revisão e avaliação da implementação da plataforma de ação de Pequim. 2000. Disponível em: <<https://womenwatch.unwomen.org/>>. Acesso em: 16 jun. 2019.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (Nova Iorque). **Agenda 3020**. 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: 02 jun. 2019.
- PATEMAN, Carole. Críticas feministas a la dicotomia publico/privado. In: CASTELLES, Carme (Org.). *Perspectivas feministas en teoria política*. Barcelona: Paidós, 1996.
- PREFEITURA DE FORTALEZA (Fortaleza). **Fortaleza 2040**: Fortaleza: Prefeitura de Fortaleza, 2016. 32 slides, color.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da educação**. Tradução Sérgio Millet. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973. (Clássicos Garnier).

SAMARA, Eni de Mesquita; MATOS, Maria Izilda. *Manos femeninas: trabajo y resistència de las mujeres brasileñas (1890-1920)*. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História de las Mujeres*. v. 10. Espanha: Taurus, 1993.

SARTI, Sintia. O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA LASA, 21., 1998, Chicago. *Anais...* Chicago: Illinois, set. 1998.

SEBRAE (Org.). **Como o SEBRAE atua no segmento de Economia Criativa**. Disponível em: <https://m.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/segmentos/economia_criativa/como-o-sebrae-atua-no-segmento-de-economia-criativa,47e0523726a3c510VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em: 02 jun. 2019.

SIMÕES, Solange de Deus. *Deus, pátria e família*. As mulheres no Golpe de 1964. Petrópolis: Vozes, 1985.

SOUZA, Itamar de. A mulher e a revolução francesa: participação e frustração. **Revista da Farn**, Natal, v. 2, n. 2, p.111-124, jan. 2003.

STERNBACH, Nancy Saporta, ARANGUREN, Marysa Navarro, CHUCHRYK, Patricia e Álvarez, Sonia E. Feminismo en América Latina: de Bogotá a San Bernardo. In. LEON, Magdalena (Org.). *Mujeres y participación política. Avances y desafíos en América Latina*. Bogotá: Tercer Mundo, 1994.

STREY, Marlene Neves; CABEDA, Sonia T. Lisboa; PREHN, Denise Rodrigues (Org.). **Gênero e Cultura: Questões contemporâneas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.